UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
INSTITUTO DE BIOCIÊNCIAS - RIO CLARO

EDUCAÇÃO FÍSICA

MARCELO DA SILVA FRANCO

MOVIMENTANDO-SE NO CONTEXTO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA A PARTIR DOS PRINCÍPIOS DA AUTOGESTÃO.

Rio Claro
2020

MARCELO DA SILVA FRANCO

MOVIMENTANDO-SE NO CONTEXTO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA A PARTIR DOS PRINCÍPIOS DA AUTOGESTÃO.

Orientador: Prof. Dr. Flávio Soares Alves

Coorientadora: Yasmin Palulian Maccari

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Biociências da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Câmpus de Rio Claro, para obtenção do grau de Licenciado e Bacharel em Educação Física.

Rio Claro

2020

F825m

Franco, Marcelo da Silva
Movimentando-se no contexto da extensão universitária a partir dos princípios da autogestão / Marcelo da Silva Franco. -- Rio Claro, 2021
59 f. : fotos

Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado e licenciatura - Educação Física) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Instituto de Biociências, Rio Claro
Orientadora: Flavio Soares Alves
Coorientadora: Yasmin Palulian Maccari

1. Educação. 2. Extensão Universitária. 3. Autogestão. 4. Cia. Éxciton. 5. Dança - Arte - Expressão. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca do Instituto de Biociências, Rio Claro. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

Dedico à Cia. Éxciton e a todes que desejam uma Universidade cada vez mais popular.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente à minha mãe, pois foi a pessoa que mais me apoiou durante todo o processo de graduação. Sem ela, não conseguiria terminar a graduação em Educação Física.

À Cia. Éxciton, que me apresentou esse infinito universo da dança e mostrou que eu sei dançar e eu posso dançar.

À minha madrinha da dança, Marcela Pedersen, que me convidou para Cia. Éxciton, e acompanhou todo o meu processo com a dança, sempre me dando toques, e sempre ensinando e querendo o meu melhor. Ajudando inclusive, no processo de escrita desse TCC.

Aproveitando essa deixa, quero agradecer a Mitra Katherina Ferreira, minha primeira parceira de dança dos meus primeiros passos de Forró. Também ajudou na escrita desse trabalho.

Ao Prof. Dr. Flávio Soares Alves e a Mestranda Yasmin Palulian Maccari, que orientaram o meu trabalho de maneira muito profissional e competente, nunca me deixando na mão, respondendo rápido as mensagens, e sendo bem elucidativo nas suas projeções, sem deixar de fazer os devidos “puxões de orelha”. Afinal, bons professores são aqueles e aquelas que sugerem boas questões inclusive para a vida.

Deixo também o meu abraço à bioenergética, cujo processo terapêutico corporal reorganizou todos os meus afetos, e hoje posso encontrar os prazeres e aguentar os desprazeres de maneira muito mais fácil. Quero mencionar todas as pessoas do grupo de 2017: Dante, Raquel, Fabiana, Fabiana e Fabiana (são três - risos), Osvaldo, Pedro, Mariana, Amarilis, Ivo, Felipe, Jessica, Paulo e Fábio.

Agradeço também à Capoeira, minha primeira “terapia corporal”, iniciada aos 13 anos, fez enxergar o mundo de maneira diferente, e a lidar com suas durezas. Então não posso deixar mencionar os meus dois grandes professores dessa nobre arte. O primeiro esteve presente na minha adolescência, Walter José de Santana Sobrinho (Waltinho), e o segundo na faculdade, Rafael Soares Bufalo (Berimbau).

Enfim, para terminar essa sessão, essa pesquisa não teria sido instigada, se não fosse pelo senso crítico que compartilharam comigo através do Coletivo para Além dos Muros (2012), O Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU), a Assembleia Nacional dos Estudantes – Livre (ANEL), e o movimentos estudantil

unespiano, e atualmente o Coletivo JUNTOS! e o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).

“Ninguém sabe tudo, assim como ninguém ignora tudo.” (FREIRE, 1983, p.30 e p.31)

RESUMO

A “Companhia Éxciton” é uma atividade de extensão universitária vinculada ao Departamento de Educação Física da UNESP de Rio Claro, que promove três diferentes ações: oferecimento de aulas abertas, desenvolvimento de grupos de discussão e criação de espetáculos anuais direcionados para a comunidade rio-clarense e unespiana. Para mobilizar tais ações, esse grupo faz uso da linguagem da dança, da arte e da expressão para constituir uma atividade extensionista bastante diferenciada e alheia a fins assistencialistas ou mercadológicos. Tomando como ponto de partida esse perfil extensionista, o objetivo dessa monografia foi discutir sobre a noção de extensão universitária a partir de referenciais como Paulo Freire (1983) e José Melo Neto (2004). Deste escopo reflexivo, acrescentamos também uma discussão acerca dos princípios da autogestão, para analisar as ações desenvolvidas pela Cia. Éxciton em caráter cooperativo e colaborativo. Observou-se que, para ampliar e qualificar o perfil autogestionário do grupo é necessário conectar-se com outros grupos e iniciativas da sociedade civil, de modo a potencializar as integrações com a comunidade externa. Dessa forma, a extensão amplia exponencialmente sua função comunicativa e integrativa, além de qualificar também o percurso formativo de todos aqueles que se envolvem no exercício da extensão universitária. Com essas reflexões podemos afirmar que a construção dos espetáculos, os grupos de discussão, e aulas abertas promovidos pela Cia. Éxciton, têm potencial interessante para romper com a lógica assistencialista de extensão, no entanto, para que seja melhor aproveitada, precisa se abrir mais amplamente às demandas externas, de modo a reforçar as relações de integração com a sociedade, de modo a aprender com ela, ao invés de apenas beneficiá-la. É neste contexto de aprendizagens mútuas entre universidade e comunidade que os princípios da autogestão ganham particular relevância para qualificação das ações no âmbito da extensão universitária.

Palavras-chaves: Cia. Éxciton. Extensão. Autogestão. Movimento. Comunicação.

ABSTRACT

“Companhia Éxciton” is a university extension activity linked to the Physical Education Department of UNESP in Rio Claro, which promotes three different actions: open class offerings, discussion group activities and creation of annual dance performances directed to the community of Rio Claro and to the university students. To mobilize such actions, this group uses the language of dance, art and expression to constitute a very differentiated extension activity and unrelated to welfare or marketing purposes. Considering this extension profile as a starting point, the objective of this monograph was to discuss the notion of university extension based on references such as Paulo Freire (1983) and José Melo Neto (2004). From this reflective scope, a discussion about the principles of self-management was also included in order to analyse the actions developed by Cia. Éxciton in a cooperative and collaborative approach. It was observed that, in order to expand and qualify the group's self-managing profile, it is necessary to connect with other groups and civil society initiatives, in order to enhance as integrations with the external community. In this way, extension expands its communicative and integrative function exponentially, in addition to also qualifying the training path of all those involved in the exercise of university extension. Considering these reflections, we can affirm that the construction of shows, discussion groups, and open classes promoted by Cia. Éxciton, has an interesting potential to break with an extension assistance logic, however, to be better used, it needs to be opened up more broadly to external demands, in order to reinforce the integration relations with the society, in order to learn from it, instead only benefiting it. It is in this context of mutual learning between university and community that the principles of self-management gain specific qualification for actions within the scope of university extension.

Keywords: Cia. Éxciton. Extension. Self-management. Movement. Communication.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 – LGBTQIA+ 42
Ilustração 2 – Correntes 47
Ilustração 3 – Amarrados 48
Ilustração 4 – To na Luta 49

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 10
1.1 Metodologia 14
1.2 Justificativa 14
2 DA EXTENSÃO ASSISTENCIALISTA ATÉ PAULO FREIRE 19
2.1 Origens da extensão universitária 19
2.2 Comunicação: uma ação entre sujeitos 22
3 O FAZER EXTENSÂO DA COMPANHIA ÉXCITON 27
4 DANÇANDO COM A AUTOGESTÃO NA EXTENSÃO 34
4.1 A autogestão no movimento estudantil 34
4.2 Os tipos de continuum de autogoverno 35
4.3 A autogestão e a extensão 38
5 INSIRA SEU TÍTULO [NESSE CAPÍTULO] AQUI 42
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS 50
REFERÊNCIAS 54

1 INTRODUÇÃO

Como é sabido, a universidade brasileira tem uma tendência de manutenção do conhecimento encastelado que reitera compromisso com a extensão como prática assistencialista. Mas seria possível pensar uma relação de extensão diferente dessa mediada pela ação assistencialista? Como romper essa lógica, na busca de outras dinâmicas relacionais entre Universidade e Comunidade? Para responder essas questões, buscamos respaldo na leitura de Paulo Freire acerca da noção de comunicação. Isto é, uma tarefa de conhecer que não cabe a objetos, mas apenas entre sujeitos. Sujeitos esses, que ao criar uma relação dialógica entre si, portanto recíproca, são capazes de promover um movimento favorável no desvelamento e revelação do objeto.

A partir desse princípio engendrado dessa relação horizontal entre os sujeitos, Paulo Freire, escreveu seu Livro “Extensão ou Comunicação?” em 1983, na intenção de estudar a noção de “extensão” como objeto central. Antes de pontuar seu entendimento sobre a extensão, Freire se dedica a refletir como a extensão é comumente pensada nas universidades brasileiras. Tal pensamento comum sobre a extensão passa por um certo assistencialismo que insiste em afirmar a oposição e assimetria entre a universidade – que detêm conhecimento – e a comunidade beneficiada – que assimila passivamente as ações de extensão. O problema deste entendimento é que tende a normatizar as relações entre universidade e comunidade, em detrimento de uma relação mais horizontalizada, capaz de aproveitar também os conhecimentos e práticas próprios da comunidade, bem como a autenticidade de suas iniciativas de ação colaborativa e de transformação da realidade comum a todos. Transformação essa decorrente de quando se permite o movimento dialético das relações e curiosidade entre os sujeitos, a partir da problematização da situação concreta e confrontação com o mundo atravessados pela práxis, a unidade da ação e da reflexão, cujos conhecimentos descobertos não são estáticos ou imutáveis, mas dinâmicos e abertos (FREIRE; p.16 e 17).

Portanto, o autor propõe para os educadores a recusa desta “domesticação” dos homens, que coloca um sujeito num patamar maior e outro num menor, e ressalta a necessidade de uma tarefa que contrapõe essa relação, o trabalho da comunicação

– recíproca, dialética, dialógica, curiosa, problematizadora, dinâmica, sensível, mão dupla, entre sujeitos iguais; horizontal.

Esse é um dos princípios fundamentadores da Educação Popular no Brasil constituinte dentro da Política Nacional de Extensão Universitária, PNExt 2011-2020, propondo uma interação dialógica entre a universidade e a sociedade através da troca de saberes e aproximação com setores, organizações e movimentos sociais (PNExt, 2012, p 30), substituindo a ideia de que o centro do conhecimento encontra-se hegemonicamente no meio acadêmico. Dessa forma:

> Esse objetivo pressupõe uma ação de mão dupla: da Universidade para a sociedade e da sociedade para a Universidade. Isto porque os atores sociais que participam da ação, sejam pessoas inseridas nas comunidades com as quais a ação de Extensão é desenvolvida, sejam agentes públicos (estatais e não estatais) envolvidos na formulação e implementação de políticas públicas com as quais essa ação se articula, também contribuem com a produção do conhecimento. Eles também oferecem à Universidade os saberes construídos em sua prática cotidiana, em seu fazer profissional ou vivência comunitária (PNExt, 2012, p. 30).

Proposta presente nas diretrizes e princípios no âmbito das ações da Pró-Reitoria de Extensão Universitária da UNESP, em que “representa um trabalho onde a relação escola-professor-aluno-sociedade passa a ser de intercâmbio, de interação, de influência e de modificação mútua, de desafios e complementaridade;” (ARAÚJO, 2016, p.16). Fica evidente aqui, concepções sobre a atividade extensionista semelhante àquelas provindas dos questionamentos ilustrados pelo pedagogo Paulo Freire.

Considerando a noção de comunicação em Freire e a possibilidade de inserção de uma relação mais dialógica entre universidade e comunidade, em detrimento de visões assistencialistas, buscamos situar aqui, as experiências de um grupo de dança que atua no contexto da extensão universitária, intitulado Cia. Éxciton. Interessa-nos observar indícios dessa visão dialógica e comunicativa de extensão, verificada em Freire, nas práticas de extensão definidas por esse grupo de dança.

O projeto “Cia Éxciton- dança, arte e expressão” atrelado ao Departamento de Educação Física da Universidade Estadual Paulista (UNESP) de Rio claro, insere-se e deixa-se inserir nessa proposta de educação popular, pois, a forma como seus dispositivos metodológicos foram construídos “dá margem para um movimento educacional mais horizontalizado e é essa horizontalidade nas relações que é reclamada aqui para compor paralelos com as noções de autogestão e educação popular [...]” (BARBIERI; ALVES; SILVA; 2019, p. 51).

No artigo “Empoderamento dos estudantes nas práticas de extensão universitária da Cia. Éxciton” de Cláudia Barbieri, Flávio Soares Alves e Ana Clara Nery da Silva, é traçado interessantes intersecções entre os conceitos sobre educação popular, extensão universitária e autogestão, ademais, o mesmo pontua que já havia preocupação da idealizadora do projeto, Dra. Catia Mary Volp, de ampliar as atividades extensionistas dentro de relações mais dialógicas e horizontalizadas para todos os envolvidos, desde os integrantes, coordenação, até a comunidade beneficiada (BARBIERI; ALVES; SILVA; 2019, p. 51).

Para investigarmos mais profundamente, nos utilizaremos as reflexões de José Francisco de Melo Neto (2004) sobre extensão universitária, autogestão e educação popular, como ferramenta teórica que sugere uma ação extensionista para além da via de mão dupla, aquela que estabelece a relação da universidade e a sociedade apenas com a troca de conhecimento de uma com a outra. Propõe que a extensão cumpre um papel de trabalho social útil, isso significa a existência de um produto chamado conhecimento construído nesse meio, e por isso, este possui um valor: o trabalho necessário capaz de transformar a natureza e ter um produto como seu resultado final.

Em termos marxianos [1] , quando esse conhecimento é utilizado, seja para produzir um outro conhecimento, para criar uma tecnologia ou para resolver uma necessidade humana diretamente, a qualidade desse valor transforma-se em valor de

[1] Relativo aos conceitos e estudos realizados restritamente pelo jornalista, historiador, filósofo e economista Karl Marx (1818-1883).

uso. Portanto, para este autor não basta para a universidade trocar informações com sua comunidade e vice-versa, mas que a extensão universitária seja uma via em que dê o direito para que os menos favorecidos, a classe trabalhadora, aqueles que não tem acesso ao ensino superior, tenham direito de se adentrar desse meio para produzir conhecimento.

Compreendendo a universidade como um campo de disputa pela hegemonia político-ideológica, o pensamento neoliberal na contramão dos interesses da classe trabalhadora, ocupa esse espaço atribuindo valor de troca para o conhecimento, quando a qualidade deste, adquire valor ao ser trocado por um outro produto, ou mais estritamente, vendido por dinheiro, tornando-o mercadoria (NETO, 2004). Nesse sentido, José Francisco de Melo Neto, apoia-se na teoria gramsciana[2] sobre aparelho de hegemonia, para explicar as lutas ideológicas e as relações entre as classes sociais no interior desse canal de veiculação que é a universidade, pois, "esta concepção de hegemonia abre a possibilidade de sua efetivação de duas maneiras: uma pelo domínio; outra, pela direção intelectual e moral" (NETO, 2004, p.14). Dessa maneira, o autor propõe valores ideológicos e práticos da educação popular e da autogestão, através da extensão como trabalho social útil, para nortear a oposição ao individualismo e mercantilismo do conhecimento enviesada pelo neoliberalismo.

Um conjunto de categorias presentes em exercícios educativos da educação popular e da autogestão podem servir de orientação e referência geral para instrumentalizar-se nessa disputa: cultura popular, realidade concreta, trabalho, igualdade, autonomia, liberdade e diálogo (NETO, 2004).

Para Michael Albert (2004, p. 17), autogestão é "cada agente deve participar do processo de tomada de decisões, na mesma proporção que ele é afetado pelas consequências". Essa definição ao mesmo tempo em que permite uma infinidade de relações, daquelas circuladas pelo afeto, desenha linhas limitantes para quem está do lado de fora desse afeto. A universidade afeta a sociedade? A sociedade afeta a

[2] Referente aos estudos sobre hegemonia ideológica do marxista, linguista, historiador, crítico literário e político italiano Antonio Francesco Gramsci.

universidade? Como a instituição universitária afeta a sociedade e vice-versa? Se a sociedade é afetada pela universidade, e universidade é afetada pela sociedade, não seria a autogestão, a partir da extensão, capaz de criar uma relação mais horizontal, dialógica, e de igualdade, em que os sujeitos possam participar das decisões, na mesma proporção em que ele são afetados pelas consequências dessa relação universidade e sociedade? Como a Cia. Éxciton afeta a sociedade?

Essas perguntas servem de orientação, pois o objetivo desse projeto não é respondê-las, mas buscar referenciais bibliográficos e teóricos que refletem a autogestão, para traçar intersecções importantes que possam contribuir para a extensão universitária compreendida como trabalho social útil. O Projeto de Extensão "Cia Éxciton- dança, arte expressão", pode apresentar exemplos empíricos e possibilidades metodológicas inseridas no contexto extensionista autogestionário, e por isso, será utilizado como objeto dessa pesquisa.

1.1 Metodologia

O objeto central dessa pesquisa é Cia. Éxciton a partir da noção de autogestão e a noção de extensão universitária. Na busca pela composição de diálogos entre políticas extensionistas e os princípios da autogestão.

Técnicas da pesquisa qualitativa serão utilizadas para traçar um diálogo entre as políticas extensionistas e os princípios de autogestão, relacionando suas convergências ou divergências.

Para subsidiar o rastreamento bibliográfico citado acima serão consideradas as seguintes palavras-chaves: autogestão; autogestivo; autogestora; autogestionária; extensão; Cia-Éxciton; extensão universitária; universidade; e educação.

1.2 Justificativa

A dança, entendida não como um privilégio de dançarinos, mas como um "convite a perceber o corpo na rua, no trabalho, e em casa" (MILLER 2016, p.22), é

um chamado para sentir-se, tornar-se, e assistir-se enquanto executamos o movimento e, assim, darmos espaço ao nosso corpo para a criatividade e transformação nessa esfera que chamamos de vida.

Posso dizer, então, que a Cia. Éxciton e a dança oferecida por ela a mim, foram os principais pilares sustentadores da minha graduação em Educação Física. Ingressei no grupo no terceiro ano de faculdade, estava desanimado com o curso, não enxergava perspectiva, e frustrado com as minhas próprias escolhas no até então traçadas/até então escolhidas. Assim, como relata Mônica Caldas Ehrenberg (2019) no livro “Dançando em Cia. Éxciton: Arte e expressão no contexto da extensão Universitária”, que servirá de inspiração e objeto de estudo para esse trabalho, “para além da extensão universitária, éxciton [é] uma experiência para a vida” (EHRENBERG, 2019, p.133).

Por isso, aquilo oferecido pela Éxciton através das aulas abertas, do espetáculo, do grupo de discussão e, principalmente, através da dança, a qual analisarei nesta monografia mais adiante, impactou muito minha vida, colocou meu corpo em movimento, me proporcionando um bem estar físico, mental e emocional e, assim, percebi uma melhora significativa em vários aspectos da minha vida pessoal e acadêmica. Passei a me sentir melhor e, consequentemente, me percebi mais criativo, atento e dedicado, pude me organizar, notei um grande progresso em meus estudos, e um enorme desenvolvimento na minha leitura, nas minhas conversas e trocas

Introduzo essa parte de minha vida no meu Trabalho de Conclusão de Curso, pois esse estudo foi influenciado direta e/ou indiretamente por diversas experiências que vivenciei: a dança, o projeto de extensão “Cia.Éxciton - dança arte e expressão”, a capoeira, o movimento estudantil, movimentos sociais, e a própria extensão universitária.

Como a própria Ehrenberg (2019) menciona, a Éxciton proporciona vivências geradoras de várias inquietações e questionamentos, que não necessariamente serão solucionados nas relações ocorridas durante a integração ao grupo, mas que podem ser perdurados durante toda a vida. No meu caso, algumas inquietações despertadas em outros espaços também foram motivadoras para ingressar na Éxciton e, dessa forma, desenvolver essas minhas reflexões.

Tenho participado mais ativamente de grupos de discussão sobre política desde 2012, quando estava cursando o terceiro ano do ensino médio, e integrei um grupo

composto por estudantes secundaristas. Deste grupo, fundamos o “Coletivo para além dos muros” que, um ano mais tarde, foi inspiração para a criação de um coletivo universitário, de mesmo nome, na Universidade de São Paulo (USP).

A partir desse grupo, fiquei próximo do movimento estudantil, o que levou a me relacionar com a Assembleia Nacional dos Estudantes – Livre (ANEL), direcionada majoritariamente por estudantes universitários do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU), que buscavam ser oposição à União Nacional dos Estudantes (UNE) nas ruas do Brasil.

A discussão sobre a forma de se organizar esteve sempre presente durante essas relações. Será que vivemos numa democracia de fato? Como gerar mais cooperação dentro de um grupo? A figura de uma liderança e direção é necessária? Como tornar a relação do grupo mais horizontal? Na sociedade em que vivemos é possível viver a autogestão? Em 2013, essas perguntas eram frequentes em todos os movimentos sociais, fossem eles socialistas, progressistas ou anarquistas. Naquele ano, o Brasil passava por um forte processo, ainda em aberto, de contestação das instituições ditas democráticas, cuja faísca foi a indignação e revolta perante o aumento da passagem do transporte público de ônibus e metrô das cidades do país inteiro.

Quando ingressei no curso de Educação Física da Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita” - Rio Claro, em 2014, logo me aproximei do movimento estudantil do campus, cujos princípios eram hegemonicamente próximos das ideias de autogestão e horizontalidade.

Em consonância a isso, assisti à reestreia dos espetáculos “Em obras” e “Olhares de um Golpe” no início e no final deste mesmo ano, respectivamente. O primeiro espetáculo buscava apresentar uma reflexão sobre uma dança que experimentasse e pensasse “a criação de dança para além da mera composição de movimentos padronizados e tecnificados” (STEPHAN; ALVES; 2019; p.79). O segundo, abordava a temática da ditadura militar brasileira, ocorrida entre 1964 e 1985.

Os dois espetáculos me afetaram e me emocionaram muito e, portanto, chamaram muito a minha atenção para a Éxciton, pois as discussões ocorridas até hoje são muito próximas daquelas que ocorriam nos movimentos sociais dos quais me aproximei. Contudo, eu acreditava que não era capaz de dançar, que eu era muito

“duro” e engessado, e que nunca poderia de me tornar um dançarino. Por isso, eu não teria entrado na Companhia sem a ajuda de dois fatores e duas pessoas.

O primeiro fator foram as aulas de Atividades Rítmicas e Expressivas I e II, em conjunto com as aulas de Dança I e II, ministradas pelo Prof. Drº Flávio Soares Alves, no Departamento de Educação Física da UNESP- RC. A partir dessas experiências percebi a pluralidade e as infinitas possibilidades de movimento que o meu corpo poderia realizar e sentir, principalmente, nas aulas em que vivenciamos a Educação Somática e a Técnica Klauss Vianna.

O segundo fator foi o evento de 20 anos da Cia Éxciton, e principalmente a oficina “Corpo como instrumento reflexivo e político” realizada pelo Prof. Sandro Borelli. Este evento pareceu-me reflexo dos dois espetáculos mencionados, pois apresentava uma dança cujo objetivo é mais voltado à sensibilidade e ao autoconhecimento, seja gestual, afetivo, social ou político, do que apenas à coordenação motora em si ou aquisição de habilidades. Tudo isso foi estimulando meu interesse pelo grupo e pelas descobertas que a dança podia me proporcionar, todavia, ainda me sentia inseguro.

Durante as cervejadas de recepção [3] , do meu primeiro e segundo ano de graduação, as vivências e os conhecimentos proporcionados pelas aulas das disciplinas mencionadas me despertaram para a investigação dos meus movimentos[4] dançantes ao som das discotecas das festas. Isso foi reparado pela minha amiga Yasmin Palulian Maccari, coorientadora deste trabalho e integrante da cia na época, que me motivava dizendo que eu dançava muito bem e me convidava para participar da audição toda vez que me via dançando nas baladas. Ela foi a primeira pessoa a me influenciar para o ingresso no grupo.

A segunda pessoa foi minha amiga e colega de turma, Marcela Pedersen, que além de enfatizar, em todas as conversas sobre esse assunto, a não necessidade de saber previamente alguma dança para poder ser admitido à Cia.Éxciton, também me contava sobre muitas coisas ocorridas internamente no grupo, como o trabalho prático-reflexivo sobre autogestão que vinha se desenvolvendo no projeto há alguns anos.

[3] Todo começo de ano, estudantes de todos e todos os anos de graduação se organizam para fazer uma festa de recepção para os ingressantes /calouros, conhecidas como cervejadas.
[4] Ver “Qual é o corpo que dança?” de Jussara Miller, 2012.

O trabalho de cooperação, criação de espetáculo e o rodízio necessário entre os ministrantes das aulas abertas mencionados por ela, para cumprir sua função extensionista com a comunidade, foram os principais fatores que despertaram meu interesse. E o que me deixou menos inseguro, ao longo das conversas com minhas amigas, foi a ideia de que a minha vivência com a capoeira e minha experiência e reflexões previas adquiridas com os movimentos sociais poderia contribuir com o grupo.

Desde que comecei a me envolver em grupos de estudos sobre política, sempre fui curioso para saber, praticar e participar de movimentos de autogestão, ou que buscam praticar seus princípios ou refletem sobre ela. Entre os participantes do movimento estudantil, constantemente ouvia-se a fala de que qualquer movimento que se diz autogestionário vinculado a uma instituição estatal tornar-se-ia burocrático, e, portanto, deixaria de ser autogerido, pois, seria comandado pela máquina institucional.

Apesar de saber dessa possibilidade, minha vontade de admirar e confrontar pessoalmente esse método cooperativo da Éxciton era maior, e foi justamente isso que a companhia me ofereceu: o conflito (BARBIERI; ALVES; SILVA; 2019). Não um conflito violento ou repressivo, que gera couraça[5] e tensão permanente, mas um conflito que gera movimento, pois é do conflito que surge o movimento (VIANNA, 2018).

Conflito que permite a construção do conhecimento a partir da confrontação da realidade (FREIRE, 1983) entre as integrantes da Cia. Éxciton, portanto, conflito dialógico. Conflito que me fez dar mais atenção para as potencialidades e fragilidades no papel de extensão universitária da “Cia.Éxciton-dança, arte e expressão”.

[5] Para a análise reichiana da bioenergética de Alexander Lowen (1910), a couraça são expressadas nas tensões musculares, ocasionadas através de repressões afetivas principalmente durante a infância.

2 DA EXTENSÃO ASSISTENCIALISTA ATÉ PAULO FREIRE

2.1 Origens da extensão universitária

Data-se o início das primeiras expressões de extensão universitária na segunda metade do século XIX em Universidades inglesas, como a de Cambridge e Oxford, com cursos de Literatura, Ciências Físicas e Economia Política, a serem levadas para uma variedade de setores da sociedade (MIRRA, 2009 apud PAULA, 2013). Ideias e práticas de extensão que se estenderam para a Bélgica, Alemanha, em todo o continente europeu e por fim Estados Unidos.

Antes de atravessar o continente europeu para chegar ao norte da América, a extensão universitária nasceu como uma das políticas usadas pelo Estado e suas instituições, com grande engajamento da igreja e partidos políticos, para apaziguar a força das reivindicações operárias populares da época (PAULA, 2013).

Já nos EUA, a extensão da universidade visava atender as necessidades do setor empresarial, oferecendo tecnologias para alcançar soluções em relação a questões da vida econômica. Portanto, as duas concepções apresentadas até agora estão relacionadas às suas respectivas vertentes de propostas para o desenvolvimento do capitalismo: a primeira europeia, visava reduzir as nefastas condições de vida provocadas pela ordem social vigente, buscando estabilidade e legitimação através da inserção do Estado de Bem-estar Social; a segunda americana, com interesse precisamente liberal (PAULA, 2013).

Na América Latina as razões sociopolíticas que tangenciaram a extensão universitária se deram de maneira distinta, onde a influência da Reforma de Córdoba, na Argentina, foi faísca e determinante para o restante dessa parte do continente. Segundo ideólogos e historiadores, a expansão capitalista no continente, a urbanização crescente, a emergente classe média imigrante da segunda metade do século XIX, o fim da primeira guerra mundial e o seu consequente deslocamento da hegemonia econômica da Europa para os Estados unidos, a revolução russa, caracterizam o contexto da Reforma Universitária de Córdoba (BERNHEIM, 1998).

Assim como a maioria das universidades latino-americanas da época, a Universidade de Córdoba era frequentada somente pelas oligarquias e elites de seus

países, políticas e econômicas, que estudavam na instituição, onde o seu acesso era restrito à maioria da população, e governada por reitorias com representantes da igreja cristã.

Dessa forma, o Movimento de Córdoba foi forjado em resposta a esse contexto social na situação universitária, contando inicialmente com influências liberais e democráticas, contudo, mais tarde e com mais força, sob ideias progressistas, socialistas e anarquistas, buscando elaborar uma reforma que permitisse aproximar e dar acesso a mais pessoas para além das elites (BERNHEIM, 1998).

As principais contribuições dessa reforma foram com as seguintes propostas do Manifesto da Federação de Córdoba de 1918: a autonomia universitária, isso significa que a própria comunidade acadêmica, isto é, os professores, os funcionários e os estudantes são responsáveis pela administração da instituição, isso inclui decidir na escolha de seu próprio reitor, por via da eleição; a representação e participação estudantil nos órgãos colegiados; a liberdade de cátedra, isto é, a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar pensamento, a arte e o saber; assistência livre; renovação dos métodos de ensino e aprendizagem; concurso público para a carreira docente; a gratuidade do ensino; e o assunto que interessa a este trabalho, a extensão universitária (BERNHEIM, 1998)**,** a qual foi concebida como uma maneira de difundir o saber universitário e a cultura da sociedade.

As conquistas desse movimento influenciaram reformas universitárias em todo o continente latino-americano, em países como Chile, Peru, Venezuela, Equador, Bolívia, México, Porto Rico, dentre outros, e tardiamente no Brasil. Neste último o impacto ocorreu atrasado, pois suas primeiras universidades foram fundadas retardatariamente apenas no início do século XX, como a Universidade do Rio de Janeiro em 1920, a Universidade de Minas Gerais em 1924 e a Universidade de São Paulo em 1934 (AZEVEDO; BRAGGIO; CATTANI, 2018), enquanto os outros países do sul do continente já possuíam universidades desde do século XVI e XVII (PAULA, 2013).

Como ensaio para uma reforma universitária brasileira, a primeira demonstração de conhecimento dos estudantes brasileiros para com o movimento estudantil argentino anterior, foi a criação do Comitê Central Pró-Reforma Universitária, deliberada em uma assembleia com participação de 800 estudantes em agosto de 1928 na Universidade do Rio de Janeiro. Comitê cujo Manifesto Pró-reforma Universitário próprio foi elaborado, que exigia por exemplo, direito de voto em

congregação (AZEVEDO; BRAGGIO; CATTANI, 2018). Posteriormente, foi consumado um Comitê Pró-Democracia Universitária exigindo autonomia didática e administrativa para as instituições superiores brasileiras (AZEVEDO; BRAGGIO; CATTANI, 2018).

Tanto o manifesto argentino como o brasileiro expressavam-se contra o monopólio acadêmico, e o ensino dogmático e anacrônico, buscando “contribuir com o desenvolvimento acadêmico no espaço intelectual e social e, por meio do saber, redefinir as relações de poder e de propriedade” (AZEVEDO; BRAGGIO; CATTANI, 2018, p.8).

Contudo, as influências do Manifesto de Córdoba se desenvolveram oficialmente no Brasil apenas em maio de 1960, através do 1º Seminário Latino Americano de Reforma e Democratização do Ensino Superior em Salvador, Bahia, organizado pelas lideranças da União Nacional dos Estudantes (UNE), que ao trazer “delegados da Guatemala, Cuba, Uruguai, Equador, Bolívia, Honduras, El Salvador, Panamá, Colômbia, Argentina, Venezuela, Nicarágua, Peru e Porto Rico, além de estudantes ouvintes da França, Itália, China e Tchecoslováquia, proporcionou aos estudantes brasileiros a apropriação do Manifesto da Federação Universitária de Córdoba e sua difusão” (AZEVEDO; BRAGGIO; CATTANI, 2018, p.5).

A partir deste, seguiram-se vários outros seminários que amadureceram o movimento, cujo Manifesto de Córdoba foi fundamental para a renovação científica e pedagógica, a qualidade de ensino melhorasse, a demissão dos docentes catedráticos vitalícios, democratização e participação discente nas decisões da universidade, para o avanço em direção a autonomia institucional, e a busca da expansão popular (TRINDADE, 2011 *apud* AZEVEDO, 2018).

As atividades de extensão no Brasil existiram desde 1911 através de cursos de faculdades distribuídas principalmente por São Paulo e Rio de Janeiro, antes mesmo de se fundar as primeiras universidades no país, e possuíam os mesmos objetivos da tradição europeia de extensão (PAULA, 2013). Somente em 1931 a extensão universitária será prevista na forma da lei pelo Decreto nº 19.851, de 11/4/1931, que instituiu a base do sistema universitário brasileiro.

Apesar de toda a luta durante o Movimento de Reforma Universitária no Brasil, a extensão universitária ainda se mantém incompleta em termos de integração da universidade com a sociedade (PAULA, 2013), e é com Paulo Freire que inicia-se as

reflexões para aproximar os setores populares da universidade, como já mencionamos na introdução e vamos aprofundar no próximo capítulo.

2.2 Comunicação: uma ação entre sujeitos

Para refletir “extensão”, primeiramente Paulo Freire se aproxima semanticamente e, depois, estuda o que chama de “equívocos gnosiológicos” dessa palavra. Segundo, pensou o ser humano de maneira profundamente ontológica em razão de ordem histórico-sociológica, e denunciar a “invasão cultural” consequentes das práticas desse tipo de extensão.

Sem dúvida, não seria possível concluir que a extensão assistencialista ignora as capacidades e possibilidades totais de realização do ser humano, sem pensar nas suas razões de ser, e sem falar naquilo que as pessoas são capazes de criar e conhecer.

O autor inicia a discussão apontando que a ação de estender, significa estender algo a alguém, cujo contexto é da universidade para a sociedade, por uma via de mão única. Debateremos esse ponto depois.

Além disso, o autor partiu do seguinte princípio ontológico sobre o ser humano para se opor às implicâncias dessa extensão: todos são capazes de conhecer, aprender, criar e transformar a realidade. Mas antes de desenvolvermos esse aspecto humanístico, voltemos à parte semântica da extensão.

Adentrando-se ao campo associativo, o entendimento fica mais evidente e explícito quando tentamos analisar o objeto do termo. Podemos perceber mais facilmente através do esquema elaborado pelo próprio pedagogo:

> Extensão.....Transmissão
> Extensão.....Sujeito ativo (o que estende)
> Extensão.....Conteúdo (que é escolhido por quem estende)
> Extensão.....Recipiente (do conteúdo)
> Extensão.....Entrega (de algo que é levado por um sujeito que se encontra “atrás do muro” àqueles que se encontram “além do muro”, “fora do muro”. Daí que se fale em atividades extra-muros).
> Extensão.....Messianismo (por parte de quem estende)
> Extensão.....Superioridade (do conteúdo de quem entrega)
> Extensão.....Inferioridade (dos que recebem)
> Extensão.....Mecanicismo (na ação de quem estende)
> Extensão.....Invasão cultural (através do conteúdo levado, que reflete a visão do mundo daqueles que levam, que se superpõe à daqueles que passivamente recebem. (FREIRE, 1983, p. 11 e p.12).

Apesar de esta pesquisa se restringir à extensão da universidade pública brasileira, Paulo Freire está analisando “extensão” de uma maneira ampla, ou seja, referente a qualquer setor que busque estender seus conhecimentos a um outro grupo considerado de conhecimento inferior.

O exemplo usado para evidenciar em basicamente todo o livro, é do agrônomo como extensionista, querendo prescrever, entregar, e estender suas técnicas aos camponeses receptores, a fim de persuadi-los como se fossem papel em branco a serem preenchidos com a sua propaganda (FREIRE, 1983). Então, podemos ver até aqui, que a relação verticalizada inicia-se já na ordem semântica.

Esse é o “equívoco gnosiológico” indiciado por Freire. Esta gnosiologia comete um erro em seu estudo sobre o conhecimento humano, ao estabelecer como objetivo principal do extensionista, o papel de fazer com que aqueles substituam os seus conhecimentos próprios pelos do extensionista (FREIRE, 1983), para que a realidade concreta seja totalmente compreendida do ponto de vista deste.

Não se trata de conluiar como inutilidade o trabalho do extensionista, pois, este cumpre um papel de propor alternativas às “soluções mágicas” através da ciência, mas de afirmar que este pode não compreender a realidade em sua totalidade, porque nenhum homem pode, e segundo o camponês pode saber outras maneiras de como agir perante essa relação de homem-mundo até então desconhecida pelo primeiro.

Trata-se, dessa forma, da capacidade dinâmica e dialética do conhecimento de ir além desse sentido estático e mecanicista, cuja maneira de ser percebido não é apenas quando passa a ser transferido pelo extensionista, portanto, antidialógica.

A “doxa” pertencente à esfera da mera opinião e as soluções mágicas, supersticiosas possuem resultados diferentes daqueles apresentados pelas técnicas dos extensionistas. Entende-se por “soluções mágicas” aquelas fora da razão, que não estabelecem relações diretas entre, assim como o exemplo usado no livro, pregar uma lagarta na ponta de uma estaca, na tentativa de combater a praga de lagartas. Mas que também apresentam uma estrutura lógica para essa solução, a premissa de que isso causaria medo nas outras lagartas, contudo, o desfecho é uma conclusão equivocada (FREIRE, 1983).

O conhecimento científico trazido pelo extensionista muitas vezes é capaz de aumentar a produção do camponês, pois, busca soluções testadas muitas vezes

através de técnicas e métodos precisos, contudo, sua existência não adianta se quem mais precisa dessas soluções se sentir invadido.

Naturalmente, o indivíduo que já possui seu próprio pensamento-linguagem, e seu próprio sistema de crenças sente-se invadido quando outro indivíduo quer impor uma outra linguagem e outro sistema de crenças, de maneira anti-dialógica como quer as palestras, oficinas e cursos propostas por tal extensão.

Aqui entra o caráter de “invasão cultural” como um dos elementos da teoria anti-dialógica que Paulo Freire detém. Em resumo, os pressupostos são:

> 1-) O sujeito que invade parte da visão de mundo de seu espaço histórico-cultural para invadir outro espaço histórico-cultural, superpondo os indivíduos com os seus valores.
>
> 2-) O invasor reduz as pessoas do espaço invadido a meros objetivos de sua ação.
>
> 3-) O Primeiro atua e prescreve, os invadidos são iludidos e pacientes em silêncio da prescrição.
>
> 4-) Toda invasão cultural pressupõe a conquista, a manipulação e o messianismo (leia-se como salvador ou herói de algo).
>
> 5-) Portanto, é uma relação autoritária. (FREIRE, 1983, p. 26 e p. 27).

Para que esses princípios da teoria anti-dialógica da ação sejam concretizados é necessário descaracterizar e desprezar a história e cultura invadida, até romper seu perfil, com uma série de instrumentos: os mitos, “os depósitos”, os slogans, a propaganda; para que assim, consiga preenchê-lo com subprodutos da cultura invasora (FREIRE,1983).

Seja qual for o objetivo e a intenção, o caminho dessa manipulação e conquista não é da libertação, pelo contrário, da “domesticação”. Por isso, Paulo Freire propõe a dialogicidade em oposição a essa teoria anti-dialógica da ação. Para ele, esta está mais próxima de compreender as pessoas capazes de conhecer como objeto, e a primeira, como sujeito.

O objeto do conhecimento é relativo ao “depósito”, o que pode ser manipulado, domesticado, tábulas rasas, “consciência oca”, passivo, reificado, subestimado, receptor, dócil, etc. Enquanto o sujeito é o da decisão, impaciente, ativo, da transformação, inquieto, curioso, autêntico e indócil.

Como se o objeto agisse apenas quando estimulado de fora para dentro, e o sujeito é aquele atuante, pois, seus movimentos partem de dentro para fora, em relação dialética com o mundo.

Nesse ponto, o autor faz outro exercício reflexivo ontológico sobre os *homo sapiens* que vai contra essa absolutização da ignorância e do saber. De maneira muito simples, porém, genial, ele afirma “Ninguém sabe de tudo, assim como ninguém ignora tudo” (FREIRE, 1983; p. 31). Esta máxima não superestima e nem idiotiza o ser humano, somente afirma aquilo que é de fato. Seres em constantes mudanças, com defeitos e qualidades, sem exceção.

Apesar de toda a educação bancária que reproduzem as relações verticais e antidialógicas do latifúndio, dos bancos, e das instituições representativas do capitalismo, que muitas vezes fazem os indivíduos recusarem o diálogo, é impossível ele não se afetar pelo mundo e não perceber minimamente alguns dos seus elementos ao se interagir com o mesmo e com os outros sujeitos ao seu redor.

Basicamente, é como se a pessoa tivesse dentro de sua própria mente, parada no centro de um círculo, e ao seu redor tivesse portas fechadas. Algumas trancadas com cadeado. Outras se abrem facilmente ao alavancar a maçaneta chamada perceber, refletir e conhecer o mundo. As portas apenas encostadas são aquilo que se sabe ou pode saber mais, e as portas trancadas aquilo que ele ignora. Abrindo as entradas destrancadas, descobre-se um mundo gigante de conhecimento que nos apresenta novas trancadas e abertas, inclusive as próprias chaves para acessar áditos anteriormente travados. Pode-se sentir até a necessidade de findar as escancaradas. Dessa forma, a vida se torna um infinito abrir e fechar de portas, e a superfície da circunferência inicial cresce com o passar dos anos, confirmando a sabedoria socrática de quanto mais se sabe, descobre-se uma infinidade ainda maior de saberes possíveis.

Por isso mesmo, é impossível tratar o conhecimento de maneira estável, constante, sem metamorfoses, sem afeto e mecânico. Caso contrário, seria apenas comunicado, contudo, inconsciente.

Quando fala-se sobre o diálogo ser uma possibilidade de conhecer o objeto, diz respeito, dele ser a chave mais eficiente de abertura para as portas do conhecimento, que, somente é possível entre dois ou mais sujeitos. Utilizando o exemplo acima, seria como se estes sujeitos rotacionassem a tranca ao mesmo tempo nos lados opostos

da tal porta. Rotação que seria impossível sem comunicação, mesmo se ela fosse possível de ouvir apenas pelas frestas e fendas da porta.

Essa é a concepção humanista da gnosiologia. Isso envolve o compromisso do educador a tarefa da problematização aos seus educandos, possibilitando o exercício de pensar criticamente, abrindo margem de concluir suas próprias interpretações do porquê dos fatos, relacionando um acontecimento com outro.

Dessa forma, durante esse estudo, Paulo Freire, propõe uma ferramenta diferente da extensão, a comunicação. Porque extensão implica a transmissão de conhecimento de um sujeito par um sujeito “reificado”, ou seja, objeto, enquanto na comunicação, a construção se dá entre sujeitos, dada a partir de uma troca dialógica, isto é, via de mão dupla, de percepção e visão de mundos diferentes.

Sendo assim, o técnico (extensionista) não é agente de mudança, mas participa da mudança, sendo sujeito, com outros sujeitos (FREIRE, 1983). Ninguém faz a transformação estrutural da sociedade, mas participa dela, envolvendo essencialmente uma decisão política, e inegavelmente uma opção ideológica.

Problematizemos, portanto, o que esse projeto de extensão apresenta como construção capaz de acrescentar nesse debate? Qual é a relação desse estudo de Paulo Freire com o jeito éxciton de ser extensão? Haverá contradições? Haverá aproximações com a comunicação dialógica? Por quê? Antes de partirmos para a reflexão aberta por essas perguntas, conheceremos um pouco da história da Cia. Éxciton no próximo capítulo.

3 O FAZER EXTENSÂO DA COMPANHIA ÉXCITON

A Cia. Éxciton é uma extensão vinculada ao Departamento de Educação Física da Universidade Estadual Paulista – Rio Claro, sob a coordenação do Prof. Dr. Flávio Soares Alves. Uma extensão que discute e constrói a arte, a expressão e a dança com sua própria organização coletiva. Idealizado pelas Professoras e Doutoras Catia Mary Volp, Gisele Maria Schwartz e Silvia Deutsch o nome atual do projeto é Companhia Éxciton – Dança, arte e expressão (ALVES, DEUTSCH, 2019).

Tenho uma proximidade afetiva para assumir essa proposta de pesquisa, pois participei ativamente do grupo por 3 anos e meio, que compôs minha formação profissional, dando-me a oportunidade de me considerar artista. Ademais, o projeto assume diversos objetivos (ALVES, DEUTSCH, 2019), contudo, a atenção será focada respectivo àquilo que a companhia oferece como atividade extensionista: a elaboração e realização de espetáculos; oferecimento de cursos e oficinas para a comunidade acadêmica, servidores, e da cidade; participação em eventos artísticos culturais; e aquilo referente à experimentação do trabalho coletivo de gestão, a partir da oportunidade de vivenciar os diversos papéis da organização da Cia.

Com esses elementos, evidencia-se a proximidade desse projeto de extensão com a discussão e prática relativo a atividades autogestionárias, que servem ao interesse de escrita para essa pesquisa.

Nesse capítulo, apresentamos muitas das características da Companhia Éxciton, retiradas principalmente do livro “Dançando em Cia Éxction: Arte e expressão no contexto da Extensão universitária” (2019), organizado por Flávio Soares Alves, Silvia Deutsch e Paula Caldas Castello Branco, o qual apresenta um compilado de artigos cujas autoras e autores perpassaram alguns anos de sua vida se dedicando ao trabalho, experiência e vivência oferecidos pelo projeto, e vão servir de elementos para a problematização envolvida com a extensão universitária, e autogestão.

Alves e Deutsch (2019), apontam os seguintes objetivos da Cia. Éxciton:

> – Integrar as diversas linguagens e práticas corporais no desenvolvimento de trabalhos em dança, arte e expressão;
> – Oferecer oficinas e cursos de dança, arte e expressão para a comunidade acadêmica, servidores e comunidade geral;
> – Participar de eventos artístico-culturais dentro e fora da cidade de Rio Claro, apresentando os trabalhos artíticos desenvolvidos ao longo do anos;
> – Manter o repertório da Cia, e zelar pelo histórico de trabalhos constituídos ao longo de seu mais de vinte anos de trabalho;
> – Promover audições para a manutenção do quadro de integrantes;

> – Dar oportunidade aos integrantes de vivenciar os diversos papéis na organização da Cia. (autogestão).
> – Representar a Unesp nas diversas intervenções artísticas culturais e educativas, nas quais a Cia. É chamada a se apresentar. (ALVES, DEUTSCH, 2019, p.12).

Podemos observar, desta maneira, a ampla quantidade de responsabilidades, compromissos e tarefas do grupo, que para serem cumpridos, a companhia “foi definindo três dispositivos de trabalho: 1. Oferecimento de aulas da dança; 2. Realização de rodas de conversa e grupos de discussão; 3. Criação de espetáculos e intervenções artísticas.” (ALVES, DEUTSCH, 2019, p.12).

É a partir do trabalho colaborativo dos próprios integrantes da Cia para a realização das mais diversas tarefas, a fim de concretizar e interseccionar esses três dispositivos, que surge o trabalho autogestivo da Cia. Éxciton.

Esse processo colaborativo e dialógico, permite que vários membros, com apoio de diversos laboratórios do campus como LACCEM (Laboratório de Comunicação Corporal, Expressão e Música) e do Grupo de Pesquisa “E-Labore(si)”, desperte interesse e curiosidade para se engajarem em artigos, trabalhos de conclusão de curso como este, dissertações de mestrado e teses de doutorado, “abre um campo de práticas e reflexões sobre os processos de aprendizagem em dança e suas relações com a arte e cultura e a educação” (ALVES, DEUTSCH, 2019, p. 17 e p.18), estimula o potencial investigativo da companhia e permite articular as ações de extensão e a produção de conhecimento através da pesquisa.

Cláudia Barbieri, Flávio Soares Alves e da Ana Clara Nery da Silva (2019), já apontam a prática da extensão universitária como um dispositivo possível de se desenvolver experiências de autogestão e de educação popular, na medida em que contribui para a formação de professores/professoras ao aplicarem seus conhecimentos adquiridos nos processos educativos do grupo e se atualizarem na relação de integração e diálogo com a comunidade.

As autoras e o autor também já fazem relação do projeto com o método de dupla via de Paulo Freire, cuja proposta de alfabetização não é de cima para baixo, que exige adequação do educando à metodologia de ensino colocada a ele, mas que leva em conta “os conteúdos próprios de cada cultura, na qual a intenção de ensino é proposta, de modo a deixar-se encharcar pela diversidade e pela riqueza cultural específica” (BARBIERI; ALVES; SILVA; 2019, p 51).

Essa preocupação inclusive, existe no projeto desde o início com a sua idealizadora, Prof.ª Dr.ª Catia Mary Volp, na busca de criar relações mais

horizontalizadas entre as integrantes, a coordenação e a comunidade beneficiada pelas práticas extensionistas (BARBIERI; ALVES; SILVA; 2019). O que permite uma recuperação de experiências pessoais da infância e juventude de cada membro que não necessariamente possuíram experiências anteriores com a dança, e dessa forma, amplia-se a pluralidade artística que implica uma necessidade aos integrantes de estarem dispostos a aprenderem “habilidades dialógicas”, que são imprescindíveis nos diálogos nem sempre harmoniosos das práticas laborais de pesquisa corporal, a partir das quais se constitui coletivamente as composições coreográficas e a montagem dos espetáculos artísticos anuais (BARBIERI; ALVES; SILVA; 2019).

Algumas dessas habilidades mencionadas são trazidas pelas pesquisadoras no artigo, através do referencial de Sennet (2012), e são elas como: “habilidades de negociação, enfrentamento e gestão de conflitos e habilidades de resolução de problemas na diferença, práticas que demandam tempo, cuidado, atenção, e a afetividade entre os que se envolvem com o grupo” (apud BARBIERI; ALVES; SILVA; 2019, p. 56), além de exigir ações essenciais como experimentar e se comunicar, e o fator do comprometimento, de acordo com Sennet (2012, p.25), conforme citado por, Barbieri, Alves e Silva (2019, p.56).

As reflexões de Gisele Maria Schwartz, Ana Clara de Souza Paiva, e também Flávio Soares Alves e Silvia Deutsch (2019), sobre os primeiros anos da Cia. Éxciton (de 1994 a 2002), apontam para um marco histórico do grupo, o qual não pode deixar de ser mencionado nesse trabalho: a desconstrução do tecnicismo herdados por muitos integrantes do grupo da época.

Esse movimento no âmbito da extensão universitária, liderado pelas docentes Cátia, Gisele e a Silvia, já supracitadas, permitiu que alunos não advindos de uma experiência prévia com dança se interessasse pelo grupo, pois, a abertura para a construção do trabalho com dança começou a ser “pautado pela pesquisa e exploração de movimentos e menos por passos codificados à luz de técnicas (modalidades de dança) específicas” (SCHWARTZ; PAIVA; ALVES; DEUTSCH, 2019 p.21), além do diferencial persistido até hoje “que é criação desenvolvida a partir da pesquisa e exploração de vários materiais/elementos, dentre os quais destaca-se o trabalho com a luz negra”. (2019, p.31).

A luz negra é um componente presente desde a fundação em muitos trabalhos de pesquisa corporal e coreográfica da Cia. Éxciton, e uma característica bem lembrada quando se pensa, de maneira genérica, no trabalho artístico Cia. Éxciton

(AGG, 2019). Capaz de potencializar a interpretação, as reações, as emoções, curiosidade, riso, e os sentimentos tanto de quem faz o trabalho cênico, quanto a percepção sensível de quem observa a cena.

A coreografia *Surpresas* (1994), ums das destacadas por Kátia Agg (2019), consentiu a plateia perceber as distintas corporeidades de um(a) mesmo(a) bailarino(a) na repetição de uma mesma coreografia, quando colocou em dúvida se havia revezamento no elenco, mas não houve.

As autoras Bronel, Alves e Lirani (2019) tiveram a preocupação de analisar um a preparação cênica e criação artística da Cia.Éxciton. A partir de coleta de informações providas de relatórios por integrantes do ano de 2015, e diários de campo produzidos pela própria pesquisadora, analisou os passos de criação do espetáculo, a didática e a noção de treino que permeiam as aulas abertas e os ensaios da companhia.

Destaca que o processo de criação da Cia Éxciton de cada geração possui características diferentes e vai se modificando ao passar dos anos, contudo, possui uma marca especial sempre presente que é o trabalho com a expressividade, a partir do qual ocorrem as possibilidades de articulação das frentes de trabalho das aulas abertas com a elaboração do espetáculo (BRONEL; ALVES; LIRANI; 2019). Portanto, é uma maneira de um dispositivo de trabalho alimentar o outro, na medida em que a preparação corporal/cênica oferecida através de oficinas, estudos e pesquisa, individuais e em grupo, mas principalmente as aulas abertas, ecoam nas práticas de criação (BRONEL; ALVES; LIRANI; 2019).

Um outro aspecto fundamental que pode contribuir para este trabalho, pontuado nessa pesquisa dela é, mesmo que haja uma herança do ballet e do academicismo clássico da dança, pois boa parte das integrantes possuem uma construção subjetiva a partir dessa técnica, a Cia. Éxciton foi se preocupando com a necessidade de superar esta herança, não no sentido de negar totalmente suas contribuições, mas de buscar outras práticas de produção de dança para diversificar os referenciais do grupo (BRONEL; ALVES; LIRANI; 2019).

Deste ponto, através da conflução do relato de Schwartz, Paiva, Alves e Deutsch (2019), mencionado anteriormente, com a pesquisa de Bronel, ou mesmo Alves e Lirani(2019), podemos verificar que o questionamento sobre o tecnicismo e a necessidade de superá-lo esteve presente em diferentes momentos do grupo, e, talvez, a premência de seu sobrepujamento nunca deixou de estar.

Outra dimensão da companhia, pontuada por Julia Stephan Sullato (2019), vai destacar um momento novo para companhia. Os espetáculos de 2012 e 2013, chamados de “Desvenda-se” e o “Em Obras”, respectivamente, vai desencadear dois movimentos importantes para o grupo: o trabalho em grupo (processo colaborativo e de criação) e o diálogo com o público (na intenção de aproximar os espectadores e os artistas).

Segundo a autora, o trabalho coletivo é caracterizado por integrar os diferentes pontos de vista dos membros que se empenham na construção do espetáculo, o que garante hibridez e pluralidade o suficiente para evitar a centralização da prática da criação artística. Dessa forma, o tema e o título são decididos por voto democrático, assim como é deliberado uma comissão de roteiro, release, figurino, cenário, maquiagem, divulgação, patrocínio, acessórios, dentre outros, para suprir todas as necessidades que o grupo adquire para cumprir seus objetivos.

As comissões são importantes porque as atividades da Cia. Éxciton não são únicas e exclusivas das vidas dos integrantes. Alguns, além da faculdade, trabalham ou participam de outro projeto, portanto, ninguém possui tempo para decidir sobre todos os detalhes precisos do grupo.

Contudo, todas as questões são passíveis de serem debatidas, a máxima do grupo é “tudo é conversável’, então, quando dentro de uma comissão não tem voto de maioria, ou um consenso elucidado, pode-se levar a polêmica para o grupo inteiro decidir. Mas é fundamental que cada membro do grupo tenha noção que esse debate pode tomar o tempo de outra discussão tão importante quanto. Cabe aqui, às vezes, relevar e ceder à opinião da outra pessoa.

Para a autora, mais especificamente o espetáculo “Em Obras” de 2013, permitiu uma criação coletiva diferente dos outros anos, porque o roteiro não foi pré-definido, o que estreitou a relação entre reflexão e ação, ancorando com o corpo e a sua linguagem.

Para romper com a oposição entre a plateia e artistas sobre o palco, a Cia. Éxciton se aproximou dos estudos da Profª.Dr.ª Kathya Maria Ayres de Godoy, da UNESP de São Paulo, que busca perceber o diálogo com a plateia como efetiva intervenção educacional, de maneira recíproca entre os lados e de mão dupla, no sentido de intensificar a relação entre artistas e público durante e após apresentação dos espetáculos (SULLATO, 2019).

Esses dois aspectos são outros elementos desenvolvidos pelo grupo que se aproximam da concepção dialógica e de comunicação de Paulo Freire entre a universidade e a comunidade.

Nota-se, através dos relatos, pesquisas, estudos, trabalhos de diversas autoras e autores que contribuíram para fundamentação teórica faiscada por inúmeras inquietações provocadas nas vivências proporcionadas pelo grupo, um forte potencial contribuidora para os debates e decisões democráticas que permeiam o grupo, no sentido daquilo que pode aproximá-lo ou afastá-lo da comunidade a quem deve compromisso.

Inquietações causadas por diversas dimensões, sejam sociais, subjetivas, objetivas, técnica, emocionais, de comunicação, dialógica, afetivas, coletivas e cooperativas. Dimensões que, se forem pensadas e estudadas com afinco, podem ajudar por exemplo, a despertar o interesse de pessoas sem experiência anterior com dança, arte e expressão, nesses assuntos, e não somente incluí-las como receptoras de forma assistencialista nas aulas abertas, mas integralizá-las ao processo de criação de espetáculo e grupo de discussão, cumprindo o papel extensionista de intermediação da comunidade ao ensino e a pesquisa da universidade pública.

Embora haja proximidades da proposta de comunicação de Freire (1983) dentro do trabalho da Cia. Éxciton, algumas questões ainda podem ser levantadas. O quanto a comunidade está efetivamente inserida no grupo? O quanto a comunidade participa da pesquisa e investigação? O que é necessário para que se amplie essa participação?

Quando entrei na Cia. Éxciton, em 2016, o grupo tinha 3 bolsas para que seus proponentes focassem mais seu tempo e trabalho nas ações extensionistas do grupo. Em 2017 havia apenas 2, em 2018 nenhuma. Em 2015, antes do meu ingresso, havia 5 bolsas, e até 2014, 10 bolsas.

A qualidade das atividades extensionistas passam pelo crivo do investimento público, que determina o tamanho da estrutura oferecida para a Éxciton, e, consequentemente, o tamanho da tarefa que a Companhia é capaz de oferecer para a comunidade.

Contudo, como a éxciton pode potencializar sua ação extensionista nessas condições? Quais valores e concepções, além da comunicação freiriana, pode ajudar a expandir a noção sobre extensão universitária?

Talvez as reflexões sobre “autogestão” no capítulo a seguir possa ajudar, mas antes, uma prévia: a etimologia da palavra autogestão é – gestão, do latim *gestio,* ação de dirigir, administração; auto – grego *autos,* remete a si próprio. Dessa forma, autogestão é governar a si mesmo.

O que implica, governar a si mesmo? Para governar a si mesmo o outro também deve aprender a governar a si mesmo, ninguém pode governar o outro, dessa forma, é necessário estabelecer a comunicação. Será que aquele conflito dialógico promovido pela Cia. Éxciton, não precisa se comunicar mais com os conflitos nem um pouco horizontais da sociedade? Será que para a Cia. Éxciton autogovernar-se de fato, não existe a necessidade de a comunidade relacionada a ela também aprender a se autogovernar?

4 DANÇANDO COM A AUTOGESTÃO NA EXTENSÃO

4.1 A Autogestão no movimento estudantil

Klauss Vianna (2018) dizia que o movimento surge da oposição entre dois corpos, ou entre dois movimentos. A primeira oposição, citada por ele, que o nosso corpo faz para gerar movimento, é em relação ao chão, contra a gravidade e, desta forma, a dança é a "harmônica incoerência" (p.92) dos sucessivos movimentos que entram em oposição um com outro dentro de um intermediário espaço estabelecido entre um princípio e um fim.

Quando falamos de movimento social não é diferente, pois se é movimento, é porque se colocou a mover-se perante a alguma coisa, gerado por uma necessidade (princípio), e que delibera suas ações a partir de várias oposições geradas no espaço atuado, para atingir o seu objetivo (fim).

Neste capítulo, traçarei um pouco desse movimento da autogestão, dos seus conceitos e das suas ideias, assim como relatarei algumas das inquietações que tive no movimento estudantil da UNESP – Rio Claro para contribuir com essa discussão.

Quando iniciei minha participação no movimento estudantil da UNESP, em 2014, já tinha me afastado do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU) e parcialmente da Assembleia Nacional dos Estudantes – Livre, e aproximei mais das ideias do então movimento adentrado. Foi a partir desse momento que a minha passagem se aproximou das ideias anarquistas, principalmente aquelas que refletem a autogestão.

O debate sobre autogestão não é algo recente no movimento estudantil. Luis Antonio Groppo (2006) faz uma breve revisão bibliográfica sobre movimento estudantil e autogestão, e observa que boa parte dos pensadores, estudiosos, militantes, e pesquisadores das mobilizações estudantis da década de 1960, como por exemplo, Eric Hobsbawn, Rossana Rosanda, Michael Denning, Pierre Vidal-Naquet, André Gorz, Julliard, Draper, Hebert Marcurse, Simone Weil, Katsiaficas, apontam e não negam a "autogestão" como o tema que resumia os anseios, desejos e propostas, de maneira conscientemente ou inconscientemente assumida, por essa mobilização dos estudantes.

O movimento de maio de 1968, em Paris, foi o movimento ápice desse evento de protagonismo estudantil que questionava todo e qualquer tipo de autoridade,

hierarquia e poder, dando maiores aberturas para debates em torno do racismo, patriarcado, o produtivismo e o consumismo, e a destruição do meio ambiente (GROPPO, 2006).

Culminado a partir de várias revoltas e ocupações estudantis (com participação docente em alguns casos) no mundo inteiro, a exemplo da Universidade Autônoma do México, Universidade Livre de Berlim (a antiga Alemanha Ocidental), Universidade de Keio (em Tóquio – Japão), Universidade de Madri (Espanha), Universidade de Roma (Itália), Berkeley (campus da Universidade da Califórnia), de estudantes negros contra o racismo, após a morte de Martin Luther King, na Universidade de Cornell (em Tuskegee – EUA), Universidade de Columbia (EUA), Universidade de Dakar, Universidade Livre de Bruxelas (Bélgica), nas faculdades de Quebec, caminhava em direção das exigências de uma universidade cada vez mais democrática (GROPPO, 2006).

O anseio por uma universidade mais democrática pedia a co-gestão estudantil e comissões paritárias, isto é, a participação e representatividade dos estudantes em órgãos colegiados e administrativos dentro das universidades com equidade na proporção de cadeiras, ou seja, um terço para professores, um terço para servidores, e um terço para estudantes. Propostas semelhantes às discussões e mobilizações feitas pela União Nacional dos Estudantes (UNE) acerca da reforma universitária brasileira na década de 60, e anteriormente, na Reforma de Córdoba, na Argentina, na primeira e segunda década do século XX, como mencionado no primeiro capítulo deste trabalho.

Todavia, essa co-gestão não era o suficiente para suprir as demandas estudantis na Europa, Japão e Estados Unidos, pois boa parte dos estudantes não queriam apenas participação, queriam controle, por isso, a pauta da autogestão era bem presente.

4.2 Os tipos de continuum de autogoverno

Por que os princípios da “autogestão” estão mais próximo daquilo que chamamos de democracia? Para aprofundarmos esse debate, atentaremos para as variadas definições de continuum de autogoverno proposto por Carvalho (1983), e desta maneira, conhecermos suas diferenças.

Nanci Valadares de Carvalho (1983), vai dizer que a autogestão é o quarto modelo do continuum de autogoverno que contém a complexidade de outros três: democracia participativa; co-determinação, e comunidade de interesse.

A democracia participante, para a autora, é o primeiro continuum de auto-governo. Qualquer membro do grupo pode se tornar líder, e todos ajudam na escolha desse líder, até que todo o grupo considere que o mesmo não está mais representando eficientemente os interesses do grupo. A principal atividade é o desenvolvimento econômico, e a meta para a mudança social é a integração da comunidade em instituições nacionais da sociedade civil.

A co-determinação, segundo ela, é o segundo continuum de autogoverno. Seu objetivo é a formação de líderes para serem integrados nas suas respectivas comunidades, portanto, a autoridade gerada no grupo é compartilhada por todos os seus membros. A principal atividade é o desenvolvimento simbólico, e a meta para a mudança social é liderança com base na comunidade para a sociedade em geral.

A comunidade de interesses é o terceiro tipo de continuum de autogoverno, e nela todos são líderes, pois os interesses em comum são reconhecidos por todos os integrantes e, dessa maneira, qualquer um pode falar em nome do grupo. A principal atividade é o desenvolvimento político, e a meta para a mudança social é a influência organizatória baseada em autogoverno sobre a sociedade.

Já Alain Guillerm e Yvon Bourdet (1974) apud CORRÊA; AMARAL, 2004) usam terminologias parecidas com significados ainda mais semelhantes, como “participação”, “co-gestão”, “controle operário” e “cooperativas”, fazem exemplificações mais no âmbito das empresas e acrescentam críticas contundentes para cada uma delas.

Na “participação”, para os autores, quando um trabalhador compra as ações ou participa dos lucros, ele perde a vontade de transformação desta, pois acaba acreditando ou mesmo torcendo para que a sua lógica de exploração funcione, já que deseja que ela tenha lucros cada vez maiores.

Em relação a “co-gestão”, pela definição, podemos aproximá-la da “co-gestão” exigida e questionada nos movimentos estudantis supracitados, além de se assemelhar, ao meu entender, com o conceito de “democracia participativa” de Nancy Carvalho (1983). Vejamos pela síntese feita por Felipe Corrêa e Raphael Amaral (2004) da análise de Guillerm e Bourdet (1974).

Na “cogestão”, os trabalhadores são representados por outros poucos, geralmente por voto direto, e dessa forma, não participam apenas dos lucros, mas com iniciativa e criatividade também são integrados nas decisões a respeito da organização técnica e política geral de onde trabalham. Todavia, a escolha de metas e objetivos da empresa não estão sob seu controle, e os mandos dos empresários não são questionados.

O terceiro tipo, o “controle operário”, os métodos de exploração do capitalista são literalmente expropriados dos empresários, muitas vezes através da greve, e por isso os trabalhadores possuem mais poder de decisão na administração. Contudo, Felipe e Raphael (2004) apontam que a verticalidade e hierarquia se mantém, pois, muitas vezes os dirigentes, seja de o capitalista, do Estado ou do partido são desligados das funções da produção mas decidem sobre ela e unilateralmente sobre o salário dos empregados.

Nas “cooperativas”, no entender dos mesmos, o poder se descentraliza para todos os trabalhadores, dessa maneira a autogestão acontece, contudo, restrita apenas ao ambiente de trabalho, pois, ainda estaria submetida à lógica externa da concorrência das leis mercadológicas, e fora dele, ainda existiriam as medidas repressivas e aparelhadoras do Estado, impedindo a expansão da autogestão para o restante da sociedade, tanto no sentido econômico, quanto no social e político.

Essas concepções críticas se complementam com as da análise de Nanci (1983) quando se trata das limitações de cada continuum de autogoverno:

> “Em uma forma de governo do tipo democrata participante, a organização pode perder o seu senso de si mesma quando a liderança é cooptada pela elite nacional, em vez de continuar a representar os interesses da comunidade de onde veio.
> Na co-determinação a organização pode descarrilhar quando a liderança fica dominada por auto-interesses privados em vez de valores comunitários. Quando isso acontece a ligação entre a comunidade de constituintes comuns e a organização é quebrada, porque a organização nunca pode satisfazer todas as exigências individuais materiais e de poder dos membros da comunidade. A comunidade deixa de ser sujeito para ser o objeto do poder, e a organização deixa de ser uma organização co-determinada para se tornar uma organização hierárquica comum.
> Da mesma maneira, numa organização do tipo comunidade de interesses a organização trai a si mesma quando suas formas de ação deixam de desafiar as normas políticas existentes e poderes constituídos. Logo que suas exigências possam ser incorporadas na hegemonia dominante, a organização se deteriora naturalmente num paroquialismo que se anula a si mesmo.” (CARAVALHO, 1983, p.93)

Nesse sentido, pode-se interpretar que os conceitos de “continuum de autogovernos” analisados por Carvalho” (1983), é um processo pelo qual seu fim é alcançar a autogestão, que apresentam contradições e limitações democráticas, contudo avança de maneira não-linear para uma democracia real, que é a autogestão que apresentaremos mais a seguir. Iniciando com o primeiro continuum de autogoverno, a democracia participante.

Nesse sentido, as reflexões de Albert (2004) trazem que cada caso o nível de participação será diferente, sendo impossível definir participação total, nenhuma ou equivalente para todos os casos. Por isso, para elucidar melhor a questão, pontua as seguintes lições:

> 1. As decisões frequentemente se diferem por razão do quanto elas afetam diferentes indivíduos ou grupo de indivíduos.
> 2. Como resultado, a regra do “cada pessoa, um voto – vencendo a maioria”, ou a regra de quem tiver dois terços dos votos vence, ou o consenso, ou a ditadura, ou qualquer forma particular de tomada de decisão, são meramente alternativas táticas para a implantação de algum modelo mais geral num contexto específico, ao invés de um fim em si mesma. Então, disso também resulta que:
> 3. Endeusar um único método de tomada de decisão e considerá-lo aplicável em qualquer situação – o sistema de voto direto, ou consenso, ou um poder ditatorial para uma pessoa – significa não considerar que diferentes abordagens para distribuir as tomadas de decisão influenciam a adaptação em diferentes situações, mesmo se nós estivermos tentando executar o mesmo modelo (ALBERT, 2004, p. 19).

Durante muito tempo, compartilhei a ideia de que a forma mais autogestionária possível de um grupo proceder suas atividades era quando todo mundo debatia tudo sobre as demandas do grupo e sua organização, ou quando todo mundo entrava em consenso. Fazendo uma autocrítica, isso pode ter sido o motivo para parecer que em algum momento ou outro, tentei impor minha forma de compreender a autogestão para os outros membros do Cia.Éxciton, pois, idealizava ou romantizava esse modelo autogestionário.

Por isso, para Albert (2004), o que precisa não é hierarquizar um método sobre outros, mas sim escolher o modelo para as necessidades do contexto relacionado. Isso evita que a autogestão seja um fenômeno singular e unidimensional, ao contrário, faz caminhar para uma sucessão de possibilidades, procurando colocá-la como uma das categorias da ciência política (CARVALHO, 1983).

4.3 A autogestão e a extensão

Para Groppo (2006), a autogestão é compreendida através da necessidade associada à vontade coletiva, que nas tradições principalmente do anarquismo, é a submissão das decisões de controle e gestão às necessidades, interesses e desejos dos indivíduos que compunham a vontade social a ser gerida.

Envolvendo a cooperação de vários membros em que as decisões sobre a gerência são tomadas diretamente pelas pessoas participantes, dessa forma, supera-se a distinção entre tomadores de decisão e executores, instaurando autonomia decisória para cada unidade de ação, que nega e impede interferências externas ou exercícios de vontades alheias às coletividades (FOLLIS, 2000 apud GROPPO, 2006).

Como supracitado na introdução deste trabalho, para Michael Albert (2004), autogestão é o indivíduo poder participar das tomadas de decisão, na mesma proporção que ele é afetado pelas consequências.

Albert (2004), usa um exemplo de uma pessoa que está ouvindo música alta em sua própria casa e como isso se relaciona com os vizinhos. Ele pergunta, se o vizinho tem poder de participar da decisão sobre a música alta, sim ou não? Então ele responde na medida que isso afeta o vizinho. Caso ele estiver trabalhando ou estudando, não afeta apenas questões estéticas ou de poluição sonora, mas afeta a renda mensal ou uma graduação de sua vida, então ele pode participar da decisão e negociar com o indivíduo. Podem surgir propostas como abaixar o volume, ou ligar o som em outro horário. Exemplificando genericamente.

Uma questão muito recorrente em debates da Cia. Éxciton, misturada com uma situação hipotética, pode ajudar entender essa definição de autogestão. A questão é de se todos os meninos devem usar o batom, ou se pode ficar a critério de cada um. Dessa questão pode surgir várias outras questões como por exemplo, de gênero, do “por que vamos discutir esse critério apenas para os meninos e não vamos discutir para as meninas ou menines[6]?”, mas no próximo exemplo, atentaremos mais sobre a relação das integrantes da Cia. Éxciton apresentando um espetáculo, para o uma situação figurada em que o leitor pode estar de espectador com ela.

Imagine uma integrante de uma companhia de dança do qual participa, sugira para que todos os outros membros usem batom no dia de uma apresentação. Qual deve ser a participação do caro leitor nessa decisão, como observador? Em outras

[6] Linguagem neutra para pessoas trans não-binárias.

palavras, mesmo sendo apenas espectador, qual deve ser a participação na decisão se não vai dançar na apresentação e muito menos usar batom?

Suponha agora que o leitor está assistindo a apresentação e, durante uma cena ocorre uma intervenção chamada de “quebra da quarta parede”, aquela em que há interação direta dos artistas com o público. Uma intervenção em que os dançarinos interagem com a plateia, e resolvem pegar o batom para passar nos espectadores, e um encenador aproxima do leitor para pintar seus lábios. Qual deve ser sua participação nessa decisão inesperada? E se o leitor não tivesse na apresentação e tivesse apenas escutado falar no ocorrido, qual seria?

Se autogestão é decidir sobre aquilo que afeta o indivíduo como coletivo, os espectadores e leitores não tem direito de decidir sobre se os dançarinos devem usar batom em seus próprios lábios, a participação total na decisão pertence a esses, pois afetar-se por usar batom se remete apenas a quem usa o batom, e não a quem apenas assiste alguém usando batom. Pode-se dizer que, quem assiste, também é afetado, e isso é fato, contudo, é afetado por assistir e não por usar, portanto, sua decisão tem direito sobre ser espectador daquilo, e não sobre a utilização de qualquer objetos por outros.

Porém, os espectadores têm o direito de recusar ou aceitar a intervenção dos bailarinos pintarem seus rostos com o batom, e o caro leitor, se não estiver presente no espetáculo não pode decidir sobre os espectadores aceitar ficarem com os lábios coloridos. Portanto, se um indivíduo não é afetado pela decisão, mas participa da decisão, muito provavelmente está sendo interferência externa.

Analogamente, Noam Chomsky (2004) sugere, dessa forma, a criação e diálogo entre os conselhos de trabalhadores, aqueles que produzem os produtos, e conselho de consumidores, aqueles que consomem o produto, porque tanto os primeiros quanto os segundos são afetados pela produção alienante e/ou pela qualidade do produto, em questões de saúde alimentar, física, fisiológica, afetiva, mental e psicológica.

Chomsky (2004), assim como todos os estudiosos especificamente sobre autogestão, citados nesse capítulo, compreendem que não é possível ter autogestão apenas numa região micro e isolada do restante da sociedade. Deste jeito, é necessário, assim como propõe Paulo Freire (1983) sobre comunicação para a extensão, que esse micro se comunique e incentive iniciativas democráticas em outros micros e no macro. Portando, só há autogestão com extensão.

De que maneira aquele conceito de autogestão do Albert (2004), esse de Noam Chomsky (2004), podem contribuir com a reflexão de extensão universitária? Se extensão, segundo Freire (1983), é o meio pelo qual ocorre as trocas de conhecimento e sua construção a partir da confrontação da realidade entre dois indivíduos ou mais e assim se estabelece a comunicação, então, quando dizemos sobre extensão universitária, estamos falando de todos afetados por ela, e, dessa forma, tanto a comunidade interna quanto a comunidade externa possuem o direito de participar sobre as decisões sobre a extensão universitária.

Portanto, qualquer extensão universitária, seja ela continuum de autogoverno, autogestionária ou que preze por um mínimo de democracia deve ter o compromisso de discutir, refletir e pesquisar para que todas as pessoas afetadas pela sua atividade extensionista tenham direito cada vez maior pelas decisões que remetem a tal projeto de extensão.

Como, então, a Cia. Éxciton afeta a sociedade e como a sociedade a afeta? O que a companhia, pode propor como atividades extensionistas para que a comunidade esteja cada vez mais presente nas decisões do grupo e das outras extensões da UNESP? Quais sãos os outros meios possíveis além das aulas abertas dentro da sala de dança, dos grupos de discussão, da criação dos espetáculos e apresentação no centro cultural da cidade e shopping? Promover diálogo após as apresentações basta? Entrar pessoas da comunidade no grupo, através da audição, é o suficiente para aproximar desse processo? Quais são as necessidades e desejos da comunidade que entra e da comunidade que não ingressa no grupo? A última pergunta é a única que não tentaremos responder nos capítulos a seguir, mas fica a sugestão de pesquisar para quem se interessar, principalmente se for membro da Cia. Éxciton.

5 INSIRA SEU TÍTULO [PARA ESSE CAPÍTULO] AQUI

Ilustração 1 – LGBTQIA+

Fonte: Paula Caldas (2017).

A imagem acima foi registrada na estreia do espetáculo “Insira seu título aqui!”, da coreografia *“LGBTIA+”*, promovido pela Cia. Éxciton no final de 2017, apresentado no Centro Cultural Roberto Palmares, em Rio Claro – SP. Pode-se dizer que nela está contida uma enorme diversidade de linguagem, gestos, cores, dança, heterogeneidade, corpos, identidades e afetos. Além disso, representa a pluralidade de ideias, empoderamento, resistência e força.

O tema escolhido pelo grupo foi “liberdade”. Após muitas discussões e pesquisas nos defrontamos sobre os impedimentos do exercício da liberdade. Assim, apresentamos paralelos às implicações e contradições provocadas pelas desigualdades de gênero, raça, classe e autoritarismo como resultado dessas barreiras. Então, o título “Insira seu título aqui” foi uma proposta de dar a liberdade ao público de brincar com a própria palavra “título”, gerando uma ambiguidade entre os seus significados. O primeiro significado é relativo a dar um nome dado à apresentação, o segundo faz alusão ao título como sinônimo de dignidade, no

contexto deste roteiro, o papel social do expectador relativo às realidades denunciadas pelas coreografias, esquetes e encenações, como se o título fosse “Insira seu privilégio aqui!”

Ao final do espetáculo, no diálogo que a Companhia se desafia a ter com o público, quem assiste é convidado a escrever seu “título” em um cartaz deixado propositalmente na porta de entrada do teatro.

Por que esse espetáculo em específico pode nos ajudar a pensar em extensão universitária, e no papel da própria Cia. Éxciton como um agente extensionista? Invocamos José Francisco de Melo Neto (2004) como o principal referencial para ajudar nessa questão. Começaremos, então, analisando o que ele pensa sobre extensão universitária.

Neto (2004), busca compreender a extensão universitária para além da troca de conhecimentos entre a instituição e a sociedade, como via de mão dupla e recíproca como sugere Paulo Freire. Ele expõe que esse intercâmbio não é o suficiente para que todas as ferramentas potenciais da universidade estejam disponíveis para a comunidade se inserir. Dessa forma, ele considera necessário combater a ideologia neoliberal intrínseca, aparelhada e hegemônica ao Estado e suas instituições e, assim, estimuladora do individualismo e da exclusão social.

Na contramão, sabendo que a sociedade e a universidade estão permeadas de conflito de classes, Neto (2004) aponta para a extensão como um dispositivo dentro da universidade capaz de disputar a sua hegemonia política e ideológica através dos valores da autogestão e da educação popular, relacionando-se aos outros dois pilares da universidade pública: o ensino e a pesquisa.

Apenas compartilhar conhecimento entre um e outro é desconsiderar uma função social muito fundamental da universidade, que é o de criar conhecimentos voltados para apresentar soluções às necessidades da comunidade e da própria universidade através da extensão, embora ela não faça isso na maioria das vezes. Lugar onde há muito investimento público para a construção e articulação de infraestrutura e estrutura como laboratórios, materiais e profissionais capacitados para cumprir tal objetivo.

Não que não haja outros espaços para a pesquisa na sociedade, como pesquisas não acadêmicas feitas pelos próprios movimentos sociais, partidos e

ONG's, todavia, não deixar a população de fora da universidade usufruir e se apropriar dessas ferramentas é um grande desperdício.

Neto (2004) propõe, portanto, que a extensão pode e deve cumprir um papel de trabalho social útil. Isso significa considerar a existência de um produto construído na instituição universitária, o conhecimento. Este conhecimento possui um valor: o trabalho necessário capaz de transformar a natureza e ter um outro produto como seu resultado final.

Em termos marxianos, quando esse conhecimento é utilizado, seja para produzir um outro conhecimento, para criar tecnologia ou para resolver uma necessidade humana diretamente, a qualidade desse valor transforma-se em valor de uso.

Para o autor, portanto, não basta para a universidade trocar informações com sua comunidade e vice-versa, mas que a extensão universitária seja uma via que dê o direito para os menos favorecidos, a classe trabalhadora, aqueles que não têm acesso ao ensino superior, de se adentrar desse meio para produzir conhecimento.

Compreendendo a universidade como um campo de disputa pela hegemonia político-ideológica, o pensamento neoliberal na contramão dos interesses da classe trabalhadora, ocupa esse espaço atribuindo valor de troca para o conhecimento, isto é, quando a qualidade deste adquire valor ao ser trocado por um outro produto, ou mais estritamente, vendido por dinheiro, tornando-o mercadoria (NETO, 2004).

Para isso, sugere uma extensão para a superação do senso comum, isto é, extensão não alienante. Alienação que provoca o conhecimento ao indivíduo como um objeto algo alheio dele, não pertencente a ele, estranho ao seu corpo, natureza e vida, distanciando o afeto por esse produto gerado. Assim, a extensão é o mecanismo pelo qual pode-se usar permanente busca pela crítica "dessa produção e do produto gerado, tornando-se também propositivo" (NETO, 2004, p. 55).

Nesse sentido, Neto (2004) apoia-se na teoria gramsciana sobre aparelho de hegemonia, para explicar as lutas ideológicas e as relações entre as classes sociais no interior desse canal de veiculação que é a universidade, pois, "esta concepção de hegemonia abre a possibilidade de sua efetivação de duas maneiras: uma pelo domínio; outra, pela direção intelectual e moral" (NETO, 2004, p.14). Dessa maneira, o autor propõe valores ideológicos e práticos da educação popular e da autogestão, através da extensão como trabalho social útil, para nortear a oposição ao

individualismo e mercantilismo do conhecimento, enviesada pelo neoliberalismo, na intenção de que ela ajude aproximar as classes populares nas resoluções para o conflito de classes, e porque não, de gênero e de raça?! Assim como acrescenta o espetáculo “insira seu título aqui!”.

Um conjunto de categorias presentes em exercícios educativos da educação popular e da autogestão pode servir de orientação e referência geral para instrumentalizar-se nessa disputa: realidade concreta, trabalho, igualdade, autonomia/ liberdade, e diálogo (NETO, 2004).

O trabalho nada mais é do que a relação de transformação do ser humano com a natureza, como já explicado, e a relação com outros seres humanos. Portanto, o trabalho é imprescindível para que ocorra o movimento da autogestão. Inclusive, é a partir do trabalho “que vislumbra a produção do conhecimento social e útil, capaz de tentar superar a realização do trabalho alienado” (NETO, 2004, p.171). Se no capitalismo a alienação se focaliza no trabalho, é a partir dele que pode-se libertar da mesma, permitindo que o conhecimento e a tecnologia criada pelo trabalho intelectual pertença a quem produziu, isto é, trabalho não-alienado – aquele a partir do qual cria-se autonomia.

Por sua vez, o conceito de autonomia, apesar de se definir como “bastar-se por si mesmo”, não se pode ser autônomo sozinho, deste jeito, compreende-se a autonomia como uma sensibilização para a autogestão, no sentido de se organizar livremente com o coletivo, empreendendo esforços para a cooperação, e não ao individualismo que entende autonomia como cumprir o desejo de não fazer nada (NETO, 2004). Portanto, é o querer governar-se por si mesmo, com autodeterminação, independência e liberdade, entendendo que não se torna autônomo realizando apenas as próprias vontades, mas cooperando para assegurar a liberdade do outro.

Igualdade entre as pessoas, para que a liberdade de um não se sobreponha a do outro, seja na forma de pensar e se expressar, ou na de viver. Dentro da autogestão, é um trabalho emancipatório e de libertação humana que apenas acontece ao romper com a ideia da centralização de alguns poucos a função de “comando”, enquanto para a maioria é reservada a de ser “comandado” (NETO, 2004). Assim, o desfecho implica numa conduta ética que pode ser aprimorada por uma das metodologias principais da educação popular, que é o diálogo.

Apoiado na compreensão de diálogo freiriana, estudada nesse trabalho, essa dialogicidade corrobora com essa definição de igualdade, quando numa relação

dialógica um indivíduo se afirma sem impor, e a partir da condição de que é da mesma interação aonde surge a oportunidade de confronto e interpretação da realidade.

Pensar na realidade concreta é pensar que o trabalho autogestivo está imerso dentro de vários elementos e forças da sociedade, atuando sobre ela, e influenciado por ela. Deste modo, é levar em consideração, por exemplo, o desemprego que vem crescendo; o discurso de ódio e conservador, em ascensão na política brasileira, contra minorias como LGBTQIA+, negros e indígenas; a precarização da universidade provocada pelo neoliberalismo, que inclusive fez a própria Cía-Éxciton perder gradualmente todas as suas bolsas e recursos para apresentação dentro e fora de Rio Claro, o que faz muitos dos seus membros precisarem procurar um emprego ou trabalhar mais, reservando menos tempo de dedicação para o projeto; é considerar o racismo institucional, denunciado diversas vezes pelo movimento estudantil, em que garotos negros são impedidos de entrar na UNESP, o que restringe o acesso dos mesmos às aulas abertas da Cia.Éxciton e de qualquer outro plano extensionista; os padrões de beleza e a gordofobia; é acompanhar se o prefeito e os vereadores de Rio Claro apoiam ou não um Plano Municipal de Cultura para cidade e como funciona o próprio conselho de cultura; ou mesmo como continuar um trabalho em meio a uma pandemia que não permite atividades presenciais.

O espetáculo “Insira seu título aqui!” teve um roteiro repleto de coreografias, e esquetes que denunciavam os privilégios dos brancos, homens, heterossexuais, em relação às mulheres, LGBTQIA+, negros e indígenas desprivilegiados na sociedade, e ainda expôs a violência contra mulheres e trans, o autoritarismo e a interferência político-religiosa na escola, a subjugação do ser humano pelo dinheiro, a ascensão do fascismo, e a solidão da mulher negra. Esses elementos podem ser notados, por exemplo, na seguinte fotografia tirada da própria cena:

Ilustração 2 – Correntes

Fonte: Paula Caldas (2017)

A coreografia da foto acima foi trabalhada para demonstrar as posições de determinados grupos sociais, através da simbologia do arco. Os arcos determinam posições fixas para as pessoas, mostrando que do primeiro, homem branco, até o último, onde se encontra a mulher negra, existe uma hierarquia social eminente.

A imagem a seguir explicita a violência cotidiana sofrida pelas mulheres a partir de cenas de silenciamento, assédio e agressão física, e a corda ajudou a expressar o poder, o controle e a manipulação que a maioria dos homens exerce sobre as mulheres com o patriarcado.

Ilustração 3 – Amarrados

Fonte: Paula Caldas (2017).

Todavia, essas temáticas não precisam ser abordadas apenas sobre a perspectiva do sofrimento. Em vários momentos o espetáculo mostra o empoderamento, a resistência e organização daquelas e daqueles que lutam pela sobrevivência, como mostram as imagens a seguir:

Ilustração 4- To na Luta

Fonte: Paula Caldas (2017)

Essa coreografia "*To na Luta"* foi composta somente por mulheres do grupo, e foi seguida de uma esquete expositiva por retroprojetor, na qual um comentário machista extraído da rede social *TWITTER* aparecia na tela, enquanto as integrantes contra-argumentavam em cima do palco, num tom de denúncia.

Expondo esses conflitos da sociedade, foi um espetáculo que se aproximou muito da concepção de extensão de Neto (2004), pois propôs a reflexão do tema do povo excluído dos direitos básicos. Portanto, a Cia. Éxciton tem um potencial crítico e superador que se aproxima dos princípios da autogestão e da educação popular, contudo, ainda faz isso de maneira muito endógena, muito restrita à criação dos espetáculos anuais com roteiro pré-determinado, e os grupos de discussão, deixando que os aprendizados recorridos aos conflitos dialógicos seja um direito apenas dos membros internos.

Depois de ler até aqui, qual é o seu título dentro desse capítulo? Como colocaria o nome do capítulo?

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa visou abrir uma discussão preliminar sobre as atividades de extensão da Cia.Éxciton a partir das noções da extensão e autogestão, cuja a síntese foi a visão de Neto (2004), que conseguiu unir as duas dentro de um projeto extensionista cujos objetivos é a luta política-ideológica pela real inclusão da população marginalizada na pesquisa como uma ferramenta em busca das soluções de suas necessidades, através dos valores da educação popular e da autogestão.

A autogestão cujo sentido apenas se estabelece no afeto com o outro, ou seja, na relação do micro para o macro, do macro para o micro, do meu grupo com o outro e do outro par ao meu, da extensão para a comunidade, da comunidade para a extensão, do interno para o externo, e do externo para o interno. Porque embora ela signifique governar-se a si mesmo, e possui a autonomia como pré-requisito, ou seja, basta-se por si mesmo ao indivíduo, é necessário que ela afete e deixa-se afetar pelo outro.

Uma outra consideração que podemos também trazer das reflexões sobre autogestão é que, se não é recomendado se apegar ou endeusar um modelo de autogoverno, podemos também dizer que a Cia.Éxciton não precisa se apegar a esse modelo de se fazer extensão universitária como a criação de espetáculo anual e aulas abertas.

Dessa maneira, não basta para Cia.Éxciton permitir desenvolver elementos da educação popular e da autogestão apenas para os membros que foram aprovados pela audição e reservar esses valores de maneira endógena, isto é, interna. Por isso, a construção dos espetáculos, os grupos de discussão, e aulas abertas, mesmo com alguns membros da comunidade inseridos ainda não são o suficiente para romper com aquela lógica assistencialista de extensão e poder incluir a sociedade de fato.

Enfim, são inúmeros fatores que permeiam a realidade, e por isso, Neto (2004) aponta a necessidade da extensão universitária apoiar e se apoiar nos movimentos sociais do seu entorno, pois são através deles que as principais demandas da comunidade são pautadas e enunciadas. Isso fica evidente no seguinte trecho: “a ciência, a arte e a tecnologia devem alicerçar-se nas prioridades da região; a universidade não pode entender-se como detentora de um saber pronto e acabado; a universidade de todos os movimentos sociais, visando a construção da cidadania.”

(NETO, 2004, p.49). A extensão, então, é direcionada por esses princípios na busca de se prestar a uma diversidade de expectativas.

Essa visão sobre extensão pode nos ajudar a conjurar uma série de ações interessantes para a Cia.Éxciton e integrantes que envolve a participação em movimentos sociais da própria universidade e da cidade, como por exemplo: os movimentos estudantis, centros e diretórios acadêmicos; os movimentos de cultura; os movimentos negros; os movimentos LGBTQIA+; os movimentos feministas; os movimentos que envolvem dança como o próprio hip hop; os movimentos por moradia; os movimentos por saúde; os movimentos pelo meio ambiente; os movimentos por segurança alimentar; os movimentos veganos, dentre várias outras, partidárias ou não.

A partir desta reflexão, sente-se a necessidade de envolvimento da Cia. Éxciton nestes movimentos. Isto pode se dar de diferentes formas, ela pode contribuir, além de participar das reuniões e assembleias, realizar apresentações que podem servir de atrativo mas também por contribuir com a própria reflexão em pauta, pode ajudar a organizar eventos, oferecer oficinas, participar de atos e manifestações, divulgar tudo isso, além de poder trazer alguma demanda do movimento para a discussão de um tema de espetáculo, por exemplo. Inclusive, os movimentos sociais podem ensinar outras formas da Cia. Éxciton se relacionar e inserir-se cada vez mais com a comunidade.

Na justificativa dessa monografia, pontuei os motivos que me fizeram ingressar na Cia Éxciton e suas contribuições para a minha formação profissional e pessoal, a seguir pontuarei os motivos que sai.

Além de precisar de um trabalho remunerado em período integral, alguns acontecimentos da conjuntura nacional estavam fervilhando, e me fizeram pensar nas minhas prioridades políticas para o momento atual. O ex-deputado federal que tinha participação quase nula dentro do congresso, o Jair Bolsonaro se elegeu a partir de notícias falsas, discurso de ódio contra as mulheres, LGBTQIA+, negros e indígenas, e insatisfação de parte da população com ex-governos petistas.

Pela primeira vez em toda a minha participação no grupo, de 2016 à 2019, a Cia. Éxciton estava presente na maior manifestação de protagonismo estudantil que participei em Rio Claro. Um ato contra as “contingências” entorno de 1,7 bilhões de reais do gasto público para o ensino superior brasileiro, gerando consequências drásticas no ensino, pesquisa e extensão para todas as universidades de nosso país.

As integrantes não apenas participaram do ato como cidadãs, mas também como “éxcitons” no sentido de fazerem uma apresentação de dança no ato que, coincidentemente tinha cunho político, porque foi a mesma apresentada na abertura do evento de 25 anos realizado em 2019. Portanto, havia trechos de esquetes e coreografias de espetáculos do “Em Obras” (2013), do “Olhares de um Golpe” (2014), do “África em Nós” (2015), “(Re)Sentir” (2016), “Insira seu título aqui!” (2017), e “Rastros”(2018). No meu entender, esse fato pode ter sido o primeiro passo para um fazer extensão para além da sala de dança e do centro cultural, da Cia. Éxciton.

Pois bem, sai da companhia porque senti necessidade de participar mais ativamente da política, me vinculando a um coletivo de juventude suprapartidário, o “Coletivo Juntos!”, aliado do Partido Socialismo e Liberdade – PSOL, já com um bom afastamento às ideias anarquistas, e para isso, levaria uma dedicação e tempo tanto ou mais do que me debruçava na Cia. Éxciton.

Na época, eu estava emergido no encantamento das descobertas da Técnica Klauss Vianna e do *View Points*, que buscam a cena corporal através da pesquisa-movimento, seja pela dança como no primeiro, mas também no teatro como no segundo, que não sentia espaço para esse tipo de investigação dentro da companhia. O que mais me gerou frustração naquele momento com o grupo, foi a sensação da falta de pesquisas não somente com um corpo coreográfico para além da performance dançante do “segue um passo atrás do outro”, mas também com a falta de pesquisa para a discussão da extensão e autogestão.

Esse é o outro fator destacado por Neto (2004) importante de ser ressaltado para esse trabalho, é a relevância da pesquisa na busca de soluções das necessidades humanas e do meio ambiente. Nesse sentido, que tipo de pesquisa pode ser feita pelas integrantes da Cia. Éxciton para contribuir coma sua atuação a extensão universitária? Justamente aquelas que podem ampliar suas potências da dança, educação popular e autogestão do caráter endógeno para o exógeno e vice-versa, do interno para o externo e vice-versa.

Nesse sentido, pode-se fazer pesquisas como: quais são as necessidades que a comunidade possui com a dança e a arte na cidade de Rio Claro? Qual é o desejo, necessidade ou interesse da comunidade que ingressa no grupo? Quais são as ideologias ou lutas políticas que permeiam a dança e o cenário artístico entre os rio-clarenses e quais intervenções possíveis da Cia. Éxciton? Qual comunidade dentre os diversos grupos, classes sociais, e etnias, pertencentes a região e à UNESP é mais

próxima da companhia? Quais danças são populares e quais danças são mais “acadêmicas”? Como se comunicar com a comunidade sem que seja apenas para transferir conhecimento? Devemos esperar a comunidade entrar na Universidade? Quais técnicas de dança são mais dialógicas e quais separam o dançarino do processo criativo da elaboração da coreografia?

Enfim, a margem de pesquisas que podem contribuir com a extensão promovida pela Cia. Éxciton é enorme. Essa aqui, vem justamente para abrir esse leque de possibilidades, para direcionar éxciton, ou seja, como o transporte de cargas elétricas (SCHWARTZ; PAIVA; ALVES; DEUTSCH, 2019) para esse debate sobre extensão universitária.

REFERÊNCIAS

AGG, Katia. Luz Negra e o corpo em Cena na Cia. Éxciton. **Dançando em Cia.Éxciton: Arte e expressão no contexto da Extensão Universitária.** Editora: CRV. Curitiba, 2019.

ALBERT, Michael. Buscando a Autogestão. **Faísca Publicações Libertárias:** Autogestão hoje - teorias e práticas contemporâneas, São Paulo, 2004. Tradução: Felipe Corrêa e Raphael Amaral.

ALVES, Flávio Soares; DEUTSCH, Silvia. Dançando em Cia. Éxciton**. Dançando em Cia.Éxciton: Arte e expressão no contexto da Extensão Universitária.** Editora: CRV. Curitiba, 2019.

ARAUJO, Maria Amelia Maximo de et al. PROEX. **Guia da Extensão Universitária da UNESP 2012/ UNESP**. 3. ed. Pró-Reitoria de Extensão Universitária da Universidade Estadual paulista. São Paulo: UNESP, PROEX, 2012. 82 p. Disponível em: <http://unesp.br/proex>

AZEVEDO, Mário Luiz Neves de; BRAGGIO, Ana Karine; CATANI, Afrânio Mendes. (2018). A Reforma Universitária de Córdoba de 1918 e sua Influência no Brasil: um foco no movimento estudantil antes do golpe de 1964. **Revista Latinoamericana de Educación Comparada**, 9(13), 2018, p 37-51.

BARBIERI, Cláudia; ALVES, Flávio Soares; SILVA, Ana Clara Nery da. Empoderamento dos estudantes nas práticas de extensão universitária da Cia.Éxciton**. Dançando em Cia.Éxciton: Arte e expressão no contexto da Extensão Universitária.** Editora: CRV. Curitiba, 2019.

BERNHEIM, Carlos Tünnermann. La reforma Universitaria de Córdoba. **Educación Superior y Sociedad;** Managua, Nicaragua; v.9, n.1, 1998.

BRASIL REDE NACIONAL DE EXTENSÃO (RENEX). Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras - FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária,** 2012. Disponível em: <www.renex.orb.br>

BRONEL, Letícia Batista; ALVES, Flávio Soares, SILVA, Ellen Lirani. Olhares sobre a preparação cênica e a criação artística da Cia. Éxciton. **Dançando em Cia.Éxciton: Arte e expressão no contexto da Extensão Universitária.** Editora: CRV. Curitiba, 2019.

CARVALHO, Nanci Valadares. AUTOGESTÃO – o governo pela autonomia. **Brasiliense**, São Paulo, 1983.

CHOMSKY, Noam. Perguntas & Respostas sobre Autogestão. **Faísca Publicações Libertárias:** Autogestão hoje – teorias e práticas contemporâneas, São Paulo, 2004. Tradução: Felipe Corrêa e Raphael Amaral.

CORRÊA, Felipe; AMARAL, Raphael. Apresentação. **Faísca Publicações Libertárias:** Autogestão hoje – teorias e práticas contemporâneas, São Paulo, 2004. Tradução: Felipe Corrêa e Raphael Amaral.

COSTA, Kátia Cilene da. Reforma Universitária e Manifesto de Córdoba - Estudo comparado entre Brasil e Argentina. ANPUH - XXIII Simpósio Nacional de História - Londrina, 2005.

EHRENBERG, Mônica Caldas. Para além da extensão universitária Éxciton experiência para vida. **Dançando em Cia.Éxciton: Arte e expressão no contexto da Extensão Universitária.** Editora: CRV. Curitiba, 2019.

FREIRE, Paulo. Extensão ou Comunicação? **Coleção o Mundo, Hoje.** Editora Paz e Terra, v. 24, Rio de Janeiro, 1983.

GROPPO, Luís Antonio. Autogestão, universidade e movimento estudantil. **Autores Associados:** Coleção Educação Contemporânea, Campinas, São Paulo, v.1, n.1, p 03-08, junho de 2006.

LOWEN, Alexander. Bioenergética. **Summus Editorial.** São Paulo. v.15. 1982.

MILLER, Jussara. Qual é o corpo que dança?: dança e educação somática para adultos e crianças. **Summus Editorial.** São Paulo. 2012.

MILLER, Jussara. A Escuta do Corpo: sistematização da Técnica Klauss Vianna. **Summus Editorial.** 3. ed. São Paulo. 2016.

NETO, José Francisco de Melo. Extensão Universitária, Autogestão e Educação Popular. Grupo de pesquisa em extensão popular - **EXTELAR**. Editora Universitária, 2004.

PAULA, João Antônio de. A extensão universitária: história, conceito e propostas. **Interfaces: Revista de Extensão da UFMG.** V.1, n.1, julho de 2013.

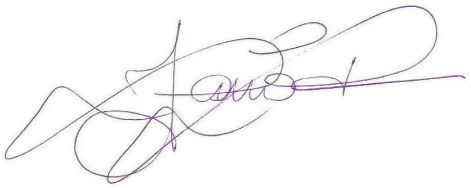
SCHWARTZ, Gisele Maria; PAIVA, Ana Clara de Souza; ALVES, Flávio Soares; DEUTSCH, Silvia. Lá, nos idos da história – Cia. Éxciton, uma trajetória de pesquisa no âmbito da extensão universitária**. Dançando em Cia.Éxciton: Arte e expressão no contexto da Extensão Universitária.** Editora: CRV. Curitiba, 2019.

SULATTO, Julia Stephan; ALVES, Flávio Soares. Dança em cena na extensão universitária. **Dançando em Cia.Éxciton: Arte e expressão no contexto da Extensão Universitária.** Editora: CRV. Curitiba, 2019.

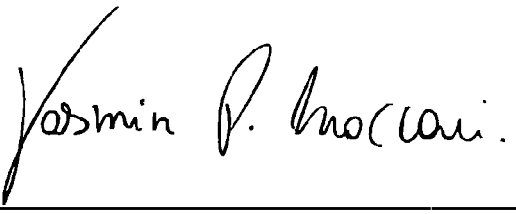
VIANNA, Klauss. A Dança. Em colaboração com Marco Antonio de Carvalho **Summus Editorial.** 8. ed. São Paulo. 2018.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

FREEMAN, Jo. A tirania das organizações sem estrutura. **Berkeley Journal of Sociology**. Vol. 17 (1972-73), pp. 151-165.



Orientador: Prof. Dr. Flávio Soares Alves



Coorientadora: Yasmin Palulian Maccari

Estudante: Marcelo da Silva Franco
RA: 141160845